



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES
UNIDADE ACADÊMICA DE CIÊNCIAS SOCIAIS
LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA**

CARLA GEANI PEREIRA DE FREITAS

**O LIVRO DIDÁTICO DE HISTÓRIA NO ENSINO FUNDAMENTAL:
PERSPECTIVAS E PERCEPÇÕES CONSTRUÍDAS PELOS PROFESSORES DE
HISTÓRIA – CAJAZEIRAS – PB**

CAJAZEIRAS – PB

2014

CARLA GEANI PEREIRA DE FREITAS

**O LIVRO DIDÁTICO DE HISTÓRIA NO ENSINO FUNDAMENTAL:
PERSPECTIVAS E PERCEPÇÕES CONSTRUÍDAS PELOS PROFESSORES DE
HISTÓRIA – CAJAZEIRAS – PB**

Monografia apresentada à disciplina Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) do curso de graduação em história da Unidade Acadêmica de Ciências Sociais do Centro de Formação de Professores da Universidade Federal de Campina Grande como requisito para obtenção da nota.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª Rosemere Olimpio Santana

CAJAZEIRAS – PB

2014

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação - (CIP)
Denize Santos Saraiva Lourenço - Bibliotecária CRB/15-1096
Cajazeiras - Paraíba

F866l Freitas, Carla Geani Pereira de

O livro didático de história no ensino fundamental: perspectivas e percepções construídas pelos professores de história-Cajazeiras-PB. / Carla Geani Pereira de Freitas. Cajazeiras, 2014.

79f. : il.

Bibliografia.

Orientadora: Rosemere Olimpio de Santana.

Monografia (Graduação) - UFCG/CFP

1. História – livro didático. 2. História – metodologia. 3. História – estudo e ensino. 4. História – perspectivas e percepções. I. Santana, Rosemere Olímpio. II. Título.

UFCG/CFP/BS

CDU –94(075)

CARLA GEANI PEREIRA DE FREITAS

O LIVRO DIDÁTICO DE HISTÓRIA NO ENSINO FUNDAMENTAL:
PERSPECTIVAS E PERCEPÇÕES CONSTRUÍDAS PELOS
PROFESSORES DE HISTÓRIA - CAJAZEIRAS-PB

Aprovado: 20 /108 /2014

COMISSÃO EXAMINADORA

Rosemere Olimpio de Santana

Prof.ª. Dra. Rosemere Olimpio de Santana (orientadora)

Leonardo Bruno Farias

Prof. Ms. Leonardo Bruno Farias (examinador)

FFScluneto

Prof. Dr. Francisco Firmino Sales Neto (examinador)

Este trabalho é dedicado primeiramente a Deus, pois sem ele nada valerá. A todos aqueles que contribuíram na construção deste, especialmente aos meus familiares como: meus pais, irmãos, esposo e sobrinhos, não podendo esquecer aquelas pessoas que fazem parte da minha vida, a meus parentes e amigos, também aos professores e funcionários da Instituição de forma indireta deram a sua contribuição para a realização deste trabalho.

Dedico.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, a Deus, luz que sempre me ilumina, pela força, coragem e sabedoria, sem as quais, os desafios não podem ser superados. Pois a fé que tenho o por ele me faz ser uma vitoriosa.

À professora e orientadora, Rosemere Santana, por toda dedicação responsabilidade e atenção dispensada a mim, na elaboração deste trabalho. A ela um profundo sentimento de gratidão por ter acreditado em mim.

A todos os professores do curso de História da UFCG que me ajudaram no processo de aprendizagem da minha profissão.

Aos meus pais Bruno José de Freitas e Adorivia de Freitas, que contribuíram psicologicamente e emocionalmente me dando apoio e suporte para a busca do meu sucesso profissional.

Aos meus irmãos e especialmente a Janierk, Eduardo, e Diassis pela força, compreensão, carinho, afeto, estímulo e apoio para conclusão desse curso de Graduação.

Ao meu esposo Ednaldo da Silva por toda dedicação, paciência, incentivo nos meus estudos e amor, que sempre esteve comigo em todos os momentos.

Aos meus grandes amigos Jamiris Andrade e Manuel Ferreira pelo o incentivo e contribuição na realização deste sonho tão esperado.

Aos colegas do Curso de História pela convivência e apoio para que eu conseguisse esse título, principalmente, Raquel Alexandre, Francicleia Nicolau.

Enfim, quero agradecer a todos que direta e indiretamente ajudaram na realização deste trabalho.

MUITO OBRIGADA!

RESUMO

A presente pesquisa pautou-se em realizar um estudo sobre o livro didático de história no ensino fundamental: perspectivas e percepções construídas pelos professores de Cajazeiras – PB. Objetivamos Analisar como os professores do ensino fundamental percebem, tratam, usam os livros didáticos em seus planejamentos e aulas. Para entender melhor esse objetivo, o estudo proporcionou inicialmente a contextualização do livro didático na história do Brasil com uma breve apresentação do uso desse material, partir de 1930 até os dias atuais. A seguir promovemos destacar várias pesquisas sobre o livro didático que discutem o seu lugar de produção e as principais problemáticas do seu uso. Essa discussão nos preparou para explorar uma reflexão a respeito das perspectivas e percepções dos professores na pesquisa. Para isso, recorreremos à pesquisa bibliográfica e da pesquisa de campo como fontes para esta análise de dados realizada a partir de entrevistas semiestruturadas desenvolvida com os professores de duas escolas. Buscamos discutir também como esses educadores, entendem e utilizam os livros didáticos em seus planejamentos de aulas no cotidiano escolar. Logo, entender como esses professores pensam esse recurso tão discutido, que é o livro didático, nos permitiu perceber as permanências, rupturas e apropriações que os mesmos fazem em sua prática escolar.

Palavras-chave: Livro didático de História, Metodologia, Percepções.

ABSTRACT

This research was based on conduct a study on the history textbook in elementary education: perspectives and perceptions built by teachers Cajazeiras – PB. We aimed to analyze how elementary school teachers perceive, treat, use the textbooks in their planning and instruction books. To better understand this goal, the study initially provided the context of the textbook in the history of Brazil with a brief presentation of the use of this material, from the 1930s to the present day. Following promoted to highlight multiple searches on the textbook discussing their place of production and the main problems of their usage. This discussion has prepared us to explore a reflection on the perspectives and perceptions of teachers in research. For this, we turn to literature and field research as sources for this data analysis performed from semi-structured interviews conducted with teachers from two schools. We seek also discuss how these educators understand and use textbooks in their planning of lessons in the school routine. Therefore, to understand how these teachers think this much-discussed feature, which is the textbook, allowed us to understand the continuities, ruptures and appropriations that are the same in their school practice.

Keywords: Textbook of History, Methodology, Perceptions.

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 – Caracterização dos entrevistados da pesquisa	46
Tabela 02 – Delineamento dos educadores do Ensino Fundamental	47
Tabela 03 – Professores que participaram da escolha do livro didático	48
Tabela 04 – Professores que utilizam somente o livro didático como recurso pedagógico	51
Tabela 05 – Grau de importância do livro didático para os professores entrevistados	53
Tabela 06 – Professores que acreditam que o livro didático pode mudar a sua prática de ensino	55

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CNLD – Comissão Nacional do Livro Didático

COLTED – Comissão do Livro Técnico e do Livro de Didático

E. E. E. F. M. Prof. Crispim Coelho – Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Professor
Crispim Coelho

E. M. E. I. E. F. Galdino Pires Ferreira – Escola Municipal de Educação Infantil Ensino
Fundamental

FAE – Fundação de Assistência ao Estudante

FENAME – Fundo Nacional de Material Escolar

IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

INL – Instituto Nacional do Livro

LDBN – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MEC – Ministério da Educação e Cultura

PB – Paraíba

PDE – Plano de Desenvolvimento da Escola

PNLA – Programa Nacional do Livro Didático para Alfabetização de Jovens e Adultos

PNLD – Programa Nacional do Livro Didático

PLID – Programa do Livro Didático

PLINDEF – Programa do Livro Didático do Ensino Fundamental

PNLEM – Programa Nacional para o Ensino Médio

PPP – Projeto Político Pedagógico

SEB – Secretaria de Educação Básica

UFRN – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

USAID – Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1 APRESENTANDO O LIVRO DIDÁTICO E SUAS CONTROVÉRSIAS	14
1.1 Pensando as definições para o livro didático.....	14
1.2 Historicizando o livro didático no Brasil após 1930.....	18
1.3 O livro didático na atualidade	23
2 DIVERSAS REPRESENTAÇÕES DO LIVRO DIDÁTICO DE HISTÓRIA NAS QUESTÕES EDUCACIONAIS	27
2.1 Os livros didáticos e o mercado consumidor	27
2.2 Como se dá a escolha e avaliação dos melhores livros de História na análise do PNLD .	31
2.3 Relações professores e alunos diante do uso do livro didático nas aulas de História	35
3 O QUE PENSAM OS PROFESSORES SOBRE O LIVRO DIDÁTICO DE HISTÓRIA	40
3.1 Conhecendo o espaço de atuação: Escola Estadual Professor Crispim Coelho e Escola Municipal Galdino Pires Ferreira	40
3.2 O livro didático de História: O que pensam os professores.....	46
CONSIDERAÇÕES FINAIS	57
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	59
APÊNDICES	63
Apêndice I – Roteiro de entrevistas para os professores	64
Apêndice II – Os termos de consentimento esclarecido	65

Para Deus nada é impossível.

(Lucas 1, 37)

INTRODUÇÃO

O livro didático é considerado uma ferramenta pedagógica de muita importância na educação desde tempos remotos, bem antes do surgimento da imprensa o mesmo já fazia parte da cultura escolar, por isso que até hoje ele continua sendo o principal instrumento didático utilizado no processo de ensino e aprendizagem. Esse apego com o livro vem se propagando ao longo dos tempos, devido às diversas circunstâncias históricas. No Brasil, as políticas públicas do livro didático vêm sendo elaboradas desde 1938, ano em que foi criada a Comissão Nacional do Livro Didático – CNLD. A finalidade desse programa era de avaliar os livros didáticos da época.

No período da ditadura militar, a educação brasileira estava nas mãos dos Estados Unidos e uma nova política foi criada para o livro didático. Foram feitos acordos entre o MEC e a USAID, agência norte americana, essa política causou um retrocesso na educação brasileira a USAID era responsável pela elaboração dos programas do livro didático, que não agradava nenhum pouco aos educadores brasileiros da época, logo esse acordo foi rompido. Atualmente, o órgão responsável pela avaliação e distribuição do livro didático é Programa Nacional do Livro Didático – PNLD, criado em 1985. Com o objetivo de analisar e julgar os livros didáticos.

Atualmente, o livro didático ainda é tema recorrente nas pesquisas e nas conversas entre professores e outros especialistas da área de educação, por isso o interesse da pesquisa em questão: O livro didático de história no ensino fundamental: perspectivas e percepções construídas pelos professores de história de Cajazeiras – PB. Nesse sentido, refletimos sobre o papel historicamente que o livro didático tem desempenhado no contexto escolar e sua relação com os professores em sala de aula, assim podemos identificar os usos desse material questionando acerca das práticas utilizadas pelos professores em sala de aula.

Os objetivos principais para a análise da pesquisa, foram analisar como os professores do ensino fundamental percebem, tratam e utilizam os livros didáticos de história em seus planejamentos e aulas, investigando a relação dos professores com o livro didático de história, problematizando as metodologias utilizadas e as representações produzidas pelos professores em relação ao livro didático de história. Para tanto, procuraremos compreender as ações dos professores a partir de seus lugares profissionais. Desse modo, os caminhos teórico-metodológicos apresentados neste trabalho monográfico, foram às entrevistas semiestruturadas e de caráter qualitativo.

O presente trabalho encontra-se estruturado na seguinte forma: o primeiro capítulo do texto busca delimitá-lo, apresentando umas contestações entre pesquisadores sobre o livro didático nas últimas décadas, além uma breve apresentação da história do livro didático no contexto nacional brasileiro dando ênfase a partir de 1930, até os dias de hoje.

No segundo capítulo, a ênfase é dada a varias discussões feita por estudiosos sobre o livro didático que discutem o seu lugar de produção e as principais problemáticas do seu uso depois da ditadura militar com a grande inovação de política educacional criando o Programa Nacional do Livro Didático-PNLD.

No terceiro capítulo, o desenvolvimento da pesquisa contribuirá para que possamos conhecer como os professores de História das redes estadual e municipal utilizam o livro didático na prática em sala de aula, através da pesquisa de campo com aplicação de questionário para a realização das entrevistas entre os docentes de duas escolas. Realizamos uma discussão a partir da análise feita dos resultados alcançada da pesquisa referente à utilização do livro didático no processo de ensino e aprendizagem no Ensino Fundamental.

Nesse sentido, acreditamos que esse trabalho possa contribuir para mais uma percepção sobre o ensino de história na cidade de Cajazeiras – PB.

1 APRESENTANDO O LIVRO DIDÁTICO E SUAS CONTROVÉRSIAS

1.1 Pensando as definições para o livro didático

Iniciaremos este item, com algumas definições para o livro didático por diversos autores. Para Silva (2000), qualquer documento pode ser empregado como um instrumento didático desde que tenha relevância no aprendizado dos alunos. Já D'Ávila (2008) acha o livro didático como um manual que basta ser seguido. Por outro lado, Fonseca afirma que “O livro didático é, de fato, o principal veiculador de conhecimentos sistematizados, o produto cultural de maior divulgação entre os brasileiros que tem acesso a educação escolar”. (FONSECA, 2003, p. 49). Bem como Fonseca enfatizou o livro didático é o pivô da educação brasileira.

Nesse sentido, podemos afirmar que cada autor tem uma definição diferente perante o livro didático, ou seja, que não existe uma resposta única para essa definição, mesmo sendo o mesmo objeto de estudo cada um tem o seu pronunciamento diferente.

Até os anos 70 do século XX, o livro didático era um produto desconsiderado, pelos pesquisadores devido à sua produção e consumo, por isso, foi pouco utilizado como objeto de pesquisa, também era desconsiderado por educadores, e intelectuais de vários setores. Raramente era utilizado como objeto de pesquisa por alguns bibliógrafos, avaliava apenas enquanto revelador das técnicas escolares.

No final da década de 70 do século XX, o livro didático passa a ser considerado como um produto de valor cultural tornando objeto de discussões, pelos pesquisadores como Freitag (1989), Nosella (1979) e outros, que mostraram em seus estudos mecanismos utilizados pelos os governantes que faziam uso do livro didático principalmente o de história para manipular a classe menos favorecida. Esses pesquisadores faziam altas críticas em relação aos conteúdos impostos nos livros didáticos, ou seja, eram assim que esses pesquisadores viam os livros didáticos, como produto ideológico que favorecia as classes dominantes, que só mostravam o lado bom de quem queria favorecer. Já os pesquisadores dos livros didáticos, da década de 1990 e 2000, como Bittencourt (2004), Lajolo (1996), D'Ávila (2008), Costa (2007), suas pesquisas mostram como esse recurso está voltado para as questões didático-pedagógicas e a sua relação na prática de ensino.

Podemos perceber que o mesmo objeto de estudo, no caso o livro didático, é visto de maneiras diferentes pelos pesquisadores, primeiro é avaliado pelo seu conteúdo como produto ideológico, ou seja, para esses pesquisadores o livro didático é pouco analisado enquanto

parte do processo de ensino e aprendizagem, já para outros a ênfase é dada aos aspectos educativos e a importância que este material tem em sala de aula.

Outros pesquisadores da década de 90 do século XX, também fazem críticas em relação ao conteúdo dos livros didáticos como Lajolo (1996), Faria (1994), que entendem o livro didático como um produto manipulador que não mostra a realidade de uma nação, os conteúdos ficam presos no mundo restrito às concepções da época em que foram escritos, ou seja, que os conteúdos dos livros didáticos principalmente o de história continuam sendo escrito com o mesmo padrão desde o princípio.

Há muitos autores que concordam com a importância do livro didático no processo de ensino e aprendizagem como Rojo (2005), Soares (2009), Bittencourt (2011). “Os livros didáticos são os mais usados instrumentos de trabalhos integrantes da tradição escolar de professores e alunos, fazem parte do cotidiano escolar há pelo menos dois séculos” (BITTENCOURT, 2011, p. 299).

Para Choppin (2004) o livro didático é um produto bastante complexo, pode assumir diversas colocações dependendo das condições em que é produzido e utilizado possui características próprias como público específico e além do mais é um objeto de domínio de ensino que é controlado pelas leis governamentais.

Por possuir características, específicas alguns pesquisadores costumam chamar o livro didático de manual didático que, diferente do livro comum, ele é utilizado em situação específica como no processo de ensino e aprendizagem.

Logo, não basta analisar apenas o lugar de produção do livro, mas como ele é utilizado. A sociedade geralmente tem como referência de uma boa educação o método da escola tradicional e ainda relacionado sobrecarregando os alunos com exercícios exaustivos, fazendo com que as crianças passem o dia todo fazendo tarefas escolares, além das tarefas feitas em sala de aula, ainda tem o dever de casa.

Muitos educadores, com pouca formação acadêmica acabam atendendo todos os critérios postos pelo o sistema educacional. O professor de história, muitas vezes, vê o livro didático como uma única verdade, devendo obedecer à disposição dos conteúdos dentro do livro. E acaba não utilizando outras ferramentas para aprimorar o aprendizado na sala de aula.

E quando o professor consegue sair da rotina do livro didático de história buscando novas informações através de outros suportes como visitando Museus, patrimônio histórico de sua cidade, ou passando filmes, documentários sobre fatos históricos acontecidos em épocas passadas, para melhorar o ensino-aprendizagem, enfrenta resistência dos alunos que muitas

vezes não se adaptam ao seu novo método de ensino ou até mesmo a falta de outros utensílios didáticos que a escola não disponibiliza.

Não estamos afirmando que isso justifique a prática de muitos professores que só utilizam o livro didático, mas sabemos que esse discurso é compartilhado por um grande número de docentes que acabam construindo uma determinada verdade sobre os alunos, ou seja, os professores não se apropriam de outros materiais didáticos porque os alunos não querem.

Mesmo com tantas questões em torno do livro didático sabemos que ele ainda é o principal material utilizado em sala de aula e no ensino de história, recebendo por parte do governo incentivo para a compra e distribuição do mesmo. O governo investe uma soma considerável na compra de livros didáticos, como se só a compra e distribuição deste material resolvessem todas as dificuldades referente à Educação. Com o Programa Nacional do Livro Didático – PNLD o governo brasileiro tornou-se o maior comprador de livro didático do mundo, porém, isso não quer dizer que temos uma educação de boa qualidade. Existem diversas maneiras de melhorar a educação no Brasil, só livros didáticos não bastam.

O livro didático muita das vezes é caracterizado como um material impresso com finalidade escolar, hoje, diante do avanço da tecnologia o livro didático não é o único material impresso ao mesmo tempo a escola também pode produzir o seu próprio material didático, como produzir textos através de cartazes de cartolinas, da internet, computador, mimeógrafo e etc. (ABREU, 1999).

Esses materiais didáticos produzidos pela escola também são importante tanto para o aprendizado do aluno como facilita o trabalho do professor e aprimora ainda mais o seu conhecimento, esse tipo de material como uma espécie de apostila geralmente utilizada para ensino médio, cursinhos pré-vestibulares, nas instituições de ensino superiores ou até mesmo na falta de livros didáticos para o ensino no Fundamental. É bom lembrar que para algumas editoras isso é ilegal, não concordam com a imprensa escolar, ou seja, com o uso de apostilas produzido pela à própria escola, que mais tarde, porém poderá ser submetidos a processos editoriais. (ABREU, 1999).

Com relação à imprensa escolar, Silva diz que “um livro qualquer é didático, em qualquer momento, se, naquele momento, ele atende, de alguma forma, propósitos da aprendizagem, sejam com jogos, estudos dirigidos, etc.”. (SILVA, 2000). Nesse sentido, é preciso que o docente deva ter a capacidade para retirar dos textos o melhor conteúdo possível, que isso possibilite um bom aprendizado, atendendo a real necessidade dos seus estudantes.

Hoje em pleno século XXI, muitas vezes nos deparamos com o livro didático sendo utilizado como o único recurso de estudo, nas salas de aulas, o que deixa o ensino monótono, sem graça e sem criatividade de inovar, para fazer o aluno despertar a vontade de aprender.

O ensino inovador não quer que “o professor obre milagre”, mas que aprimore o seu conhecimento, utilizando os poucos recursos didáticos existentes na escola, e transforme-os em táticas para lecionar, acatando as diferentes limitações do seu público. Isso permite o aluno a pensar melhor e ser mais crítico a realidade por meio de variedades de conhecimentos adquirida, sem fugir das leis educacionais.

Para Libâneo (2002), o livro didático é um recurso de suma importância escolar por ser favorável tanto ao professor como ao aluno. Pois, através dele o professor pode melhorar o seu conhecimento sobre um determinado assunto específico ou receber sugestões de como utilizá-lo em sala de aula. E quanto ao aluno o livro didático é um material de forma organizada e fácil de conduzir. Ou, seja, ele pode estudar um assunto em qualquer lugar que esteja, ou em sua casa, no banco da praça ou até mesmo no coletivo escolar.

O livro didático pode se tornar um recurso didático bom ou ruim isso vai depender da prática utilizada pelos professores em relação às escolhas dos conteúdos para lecionar em sala de aula. É importante notar se o livro didático apresenta problemas tais como erros conceituais e preconceitos do mais diversos, mas, cabe ao professor ser crítico diante dos fatos apresentados isso, ajuda muito ao aluno a pensar e inventarem conceitos e formarem suas próprias táticas cognitivas (LAJOLO, 1996).

Segundo Lajolo (1996), o livro didático é considerado um objeto importante, para aprendizagem quando ele é utilizado de forma correta para obter os objetivos traçados pelo professor em sala de aula, “os conteúdos, valores e comportamentos e atividades que o livro didático sugere.” Sendo assim, deve haver uma boa relação entre livro didático, professor e aluno isso é muito importante para o aprendizado dos educandos.

Por outro lado, D’Ávila (2008), compara o livro didático com um manual quando é usado para um determinado objetivo. Parece ser mais uma espécie de guia do aprendizado, desenvolvendo pequenas habilidades cognitivas dos estudantes, oferece pouca chance para o aluno pensar, por exemplo, oferecendo conteúdos que valoriza a memorização, e os exercícios de interpretação que se encontra inserido no próprio livro.

A pesar, de o livro didático ser criticado por alguns setores da sociedade, não precisa ser rejeitado do processo de ensino, mas, sim ser considerado e visto como um produto de valor cultural e científico. É importante que o professor crie estratégias tornando os conteúdos

de formas compreensíveis para os alunos que os mesmos utilizem destes conhecimentos em seu dia-a-dia, dando chance ao estudante de mudar a sua realidade.

Desse modo fica claro como fazer a diferença no ensino mesmo que recursos didáticos disponíveis sejam restritos e complexos o professor junto com os alunos deve procurar meios para superar os problemas encontrados no cotidiano escolar. É bom pensar sobre o desempenho do professor assumindo a sua autoria no processo de lecionar, mesmo que isso seja difícil, ter que questionar os seus próprios conhecimentos. Antes de tudo professor deve ser capaz de saber quais os conteúdos reais do livro didático ou, sejam aqueles que estejam de acordo com as necessidades da classe para que haja uma aprendizagem prazerosa para os alunos.

1.2 Historicizando o livro didático no Brasil após 1930

Com relação ao livro didático de história no ensino fundamental a cada dia vêm sendo visto com mais frequência nas escolas do Brasil. Dilemas, que iniciaram com a vinda da família real portuguesa. Esta por sua vez trouxe para o Brasil um sistema educacional baseado nos princípios europeus.

Nesse contexto, para analisarmos as perspectivas e percepções do livro didático de história construído pelos professores de história nos dias atuais, precisamos recorrer ao passado para compreendermos o presente e sermos críticos na renovação do livro didático de história e nas metodologias do ensino de história em relação ao futuro.

Segundo Gatti júnior (2004), mesmo antes da invenção da imprensa no final do século XV. Os livros didáticos já existiam no contexto escolar. Nessa época em que os livros eram quase inexistentes, mas mesmo assim os próprios alunos europeus produziam manualmente cadernos e textos para estudar. Com o surgimento da imprensa os livros didáticos foram os primeiros produtos a serem impressos em série, no decorrer dos tempos foi criada uma concepção de que, livro didático como “fiel depositário das verdades científicas universais”.

Nossa pesquisa vai dar ênfase à história do livro didático no Brasil a partir de 1930, porque foi a partir de então que o governo brasileiro passou a se preocupar mais com a educação e a produção do livro didático, ou seja, foi no governo de Getúlio Vargas, que o nosso país passou a produzir o seu próprio livro didático “do seu jeito”. Pois até então os livros didáticos que circulavam por aqui era importados da Europa que não tinham nada parecido com a realidade dos estudantes brasileiros.

Com a vinda da família real portuguesa para o Brasil foi criado às primeiras editoras, bibliotecas, jornais tipografia e a Escola de Ciências, Artes e Ofícios, sendo que nessa época do século XIX e início do século XX os livros utilizados no nosso País eram importados de Portugal. Apenas em 1930 é que o livro didático aqui teve em pauta por causa da crise econômica mundial, com a queda do valor de nossa moeda, o Brasil não pôde mais comprar livros estrangeiros devidos altos custo dos preços. Assim, o Governo brasileiro teve a iniciativa de investir no produto brasileiro melhorando a qualidade gráfica e produzindo o seu próprio livro didático graças à maior circulação de capital devido à produção do café. O governo ampliou a educação com expansão do livro didático e abertura de escolas públicas e particulares, na segunda metade do século XX (SILVA, 2000).

Podemos notar, que na década de 30 do século XX, educação brasileira era restrita ao pequeno grupo da elite. Com a crise mundial o produto internacional tornou-se mais caro ainda, inclusive o livro didático que vinha da Europa. Sendo assim o Brasil sentiu a necessidade de produzir o seu próprio livro didático que tivesse a identidade nacional tornando a educação mais ampla e acessível com abertura de escolas públicas e particulares por todo o País.

Também na década de 30 do século XX, Getúlio Vargas criou o Ministério da Educação e Saúde, foi uma maneira de controlar a produção do livro didático no País e, em 1937, foi criado o Instituto Nacional do Livro (INL) com a finalidade ilustrar de propagar a produção, do livro didático, mas com o intuito de obter o controle ideológico deste produto (ODONNE; ROSA, 2006).

Segundo Freitag (1989), em 1938 foi instituída por meio do Decreto-Lei nº 1.006, de 30/12/38 o livro didático passa a ser oficial no Brasil com a criação da Comissão Nacional do Livro Didático (CNLD), era mais um órgão inventado pelo o Governo para verificar se o livro didático estava respeitando os critérios exigidos, por exemplo, se os livros falavam bem do governo se estavam escritos na linguagem culta e estarem de acordo com as leis educacionais brasileiras. Por trás de todo esse controle com os livros didáticos, o intuito do governo era através dos livros propagarem o seu sentimento pela Pátria, criando uma identidade Nacional, que o povo brasileiro fosse reconhecido mundialmente. Desta forma, investindo na educação era uma maneira do Brasil se desenvolver em todos os sentidos. Para Fonseca (2006, p. 72). “O governo de Getúlio Vargas, desde 1930, entendeu a importância do cultivo de uma história e de uma memória nacional para a construção da identidade nacional.”

Conforme Thaís Fonseca:

Os livros didáticos e comemoração cívica atuam como mediadores entre concepções e práticas políticas e culturais, tornando-se [...] determinadas visões de mundo e de história. Os livros didáticos têm sido, de fato, grandes responsáveis pela permanência de discursos fundadores da nacionalidade. É fundamental, portanto, discutir as suas dimensões como lugar de memória e como formador de identidades, evidenciando saberes já consolidados, aceitos socialmente como as “versões autorizadas” da história da nação e reconhecidos como representativos de uma origem comum. A festa cívica, por sua vez, constitui exteriorização dos valores inscritos no ensino de uma história nacionalista e, ao envolver a escola cumpre seu papel educador, de acordo com os interesses de seus organizadores. (FONSECA, 2006, p. 73).

Podemos perceber que, o Governo usou o livro didático principalmente o de História de uma maneira efetiva como meio de transmitir à nação, a história nacional que o povo brasileiro ainda não conhecia. O livro didático era a única fonte de conhecimento que professores possuíam na época, para transmitir aos seus alunos através da leitura em sala de aula, era assim que livro didático era utilizado apenas como leitura, dando entender que esta prática de ensino baseava-se na memorização de textos.

Depois de o governo ser bastante criticado pelo o autoritarismo diante da educação, enfim, na década de 40, o governo deu esse direito aos professores de poder escolher o seu próprio livro didático. É importante ressaltar que o professor até essa época não tinha esse direito. O Governo quem determinaria todo o controle da educação inclusive a de escolha o livro didático a ser utilizada nas escolas, restando ao professor apenas responsabilidade de ensinar mesmo com um livro que não fosse do seu agrado.

Considerado a base do conhecimento escolar o livro didático é um “modelo” das propostas curriculares do Governo. Como explica Bittencourt:

Essa característica faz que o Estado esteja sempre presente na existência do livro didático: interfere indiretamente na elaboração dos conteúdos escolares veiculados por ele e posteriormente estabelecem critérios para avaliá-los, seguindo, na maior parte das vezes, os pressupostos dos currículos escolares institucionais. Como os conteúdos propostos pelos currículos são expressos pelos textos didáticos, o livro torna-se um instrumento fundamental na própria constituição dos saberes escolares. (BITTENCOURT, 2004, p. 301).

O livro didático possui o papel de suporte das práticas pedagógicas, agregando conteúdo e metodologia, é caracterizado por “[...] conter exercícios, atividades, sugestões de trabalhos individuais ou em grupo e de formas de avaliação do conteúdo escolar” (BITTENCOURT, 2004, p. 302). Autora acrescenta “[...] juntamente com essas dimensões técnicas e pedagógicas, o livro didático precisa ser entendido como veículo de sistema valores, de ideologias, de uma cultura de determinada época e de determinada sociedade” (BITTENCOURT, 2004, p. 302).

Na década de 60 do século XX, o Brasil estava passando por uma ditadura militar, onde todos marcados, pela censura e ausência de liberdade democrática, mudando o sistema no Nacional de todo país. Porém houve um retrocesso quanto á escolha do livro didático. O livro volta novamente para as mãos do governo, durante a ditadura foi feito um acordo entre os governos brasileiro e norte-americano Ministério da Educação e Cultura (MEC) e a Agência Norte-Americana para o desenvolvimento Internacional (USAID).

Como explica Munakata:

Em 1961 o governo brasileiro passou a subsidiar a produção de livro didático através do Banco do Brasil (...) durante a ditadura dos governos militares, iniciada em 1964, criou-se a Companhia Nacional de Material de Ensino com o objetivo de publicar e distribuir material didático. Em 1966 foi criada a Comissão do Livro Técnico e do Livro Didático (COLTED) com a função de incentivar, orientar, coordenar e executar as atividades do Ministério da Educação e Cultura relacionadas com a produção, a edição, o aprimoramento e a distribuição de livros técnicos e de livros didáticos. (MUNAKATA, 1997, p. 47, 49).

O acordo feito entre o MEC e agência Norte Americana, resultou na criação da Comissão do Livro Técnico e do livro Didático (COLTED), para o desenvolvimento Internacional Esse programa era responsável pela a coordenação das ações que pertencia à produção, edição e distribuição do livro didático, que tinha uma meta para cumprir, distribuir gratuitamente mais de 50 milhões de livros em todo País em apenas três anos. Nesse período, o povo brasileiro estava bastante revoltado com a situação em que se encontrava o país. Houve muitas críticas, protestos do povo alegando que o controle da educação e do mercado livreiro brasileiro estava nas mãos de agência estrangeiras, que certamente ficariam com todo lucro, e restando ao MEC e ao (Sindicato Nacional de Editores de Livros), apenas prestar serviço a esse cargo sem nenhuma remuneração.

O índice de analfabetismo no Brasil nesse período era alarmante, porém o Governo sentiu a necessidade de radicalizar o analfabetismo no País de uma forma acelerada, para isso, foi preciso fazer uma série de mudanças na educação, foram extintos os exames para o magistério e contratando estagiários para suprir a falta de professores para atender a ampliação de alunos. Houve também outras reformas no curso do magistério, foram criadas novas disciplinas, como Educação Moral e Cívica nas escolas primárias e secundárias, foi à época do apogeu do livro didático.

Nesse sentido D' Ávila, justifica que:

O aumento da produção do livro didático é influenciado por dois fatores na área educacional: a formação rápida de docentes não os proporcionava ter condições para refletir sobre sua prática de docente não os proporcionava ter condições para refletir

sobre sua prática em sala de aula e teoria pedagógica centrada nos recursos técnicos. O tecnicismo é uma concepção de educação que privilegia os materiais que auxiliavam na aprendizagem ao invés de investir nos recursos humanos. Era como se a compra do material didático garantisse por si só a qualidade do ensino ou se a escola dispusesse de um laboratório bem equipado; isso bastaria para que os alunos aprendessem [...] sem precisar contar com a ajuda do professor (D' ÁVILA, 2008, p. 23).

Podemos considerar que, o governo não tinha noção da gravidade que se encontrava a educação brasileira. O seu projeto de acabar o analfabetismo no Brasil, não convenceu os educadores. O governo não estava preocupado com a qualificação de professores e muito menos com a qualidade de ensino. Era como só a distribuição de livro didático era suficiente para garantir a qualidade do ensino, e acabar com o analfabetismo no Brasil.

Nos anos 80 e 90 do século XX, muitos pesquisadores do livro didático faziam altas críticas em relação à visão de ensino público no Brasil na época da ditadura militar que se preocupava mais com os lucros do que com a qualidade de ensino. Com o fim da COLTED em 1971, deixa a cargo do Instituto Nacional do Livro (INL) “definir diretrizes para formulação de programa editorial, e planos de ação do MEC e autorizar a celebração de contratos com entidades públicas ou privadas” (OLIVEIRA et al. 1984).

Em 1971, o INL torna a responsável pelo o Programa do Livro Didático (PLID), com o dinheiro que antes era destinado a comissão anterior a COLTED, neste mesmo ano foi desfeito o contrato entre o MEC e a Agência Norte-Americana USAID.

Há muitas mudanças nas leis brasileiras, em relação ao o livro didático como mostra Freitag:

As políticas públicas para o livro didático mais uma vez são alteradas pelo Decreto-lei nº 77.107, e o controle sobre o PLID ficam por conta do Fundo Nacional de Material Escolar (FENAME). A teoria tecnicista encontrava-se no auge dos discursos sobre aprendizagem, e isto contribuía para reduzir a função do professor e o aumento da produção de livros didáticos no país. (FREITAG, 1989, p. 14).

Em 1983, o governo adota novas medidas em relação ao livro didático substituiu FENAME pela a Fundação de Assistência ao Estudante (FAE), e ainda acionou outro programa de assistência do governo, inclusivo o Programa do Livro Didático do Ensino Fundamental (PLINDEF). Este programa era responsável pela a distribuição de material didático gratuito e bolsas-auxílio aos estudantes carentes. (FREITAG, 1989).

A trajetória do livro didático é marcada por uma série de criação e mudanças nas leis educacionais feitas por parte do governo com o objetivo de garantir e melhorar educação através da produção e distribuição desse material para todas as escolas públicas do Brasil.

1.3 O livro didático na atualidade

Na década 1980 do século XX, o Brasil estava passando pelo processo de redemocratização. Depois de 21 anos de ditadura militar, a democracia estava de volta, nessa mesma década, houve diversas mudanças no sistema nacional brasileiro, inclusive na educação que estava em péssima situação.

Surgem novas mudanças, a respeito à política do livro didático, a partir disso é divulgado o Decreto da lei nº 91542, de 19 de agosto de 1985, que cria o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), substituindo o PLINDEF, trazendo diversas mudanças tais como os livros não seriam mais descartáveis, agora o livro didático irá valer no mínimo um período de três anos, os professores quem iriam indicar o livro a ser comprado para as escolas ROSA; ODONNE (2006). Portanto, a partir desse decreto, o PNLD passa a fazer parte da política pública para educação, com a função de agente regulador para que não cheguem às escolas livros de má qualidade, e distribuir de forma gratuita, livros didáticos para todos os estudantes de escolas públicas do Ensino Fundamental brasileiro.

Bittencourt destaca que:

O livro didático tem sido, desde o século XIX, o principal instrumento de trabalho de professores e alunos, sendo utilizadas nas mais variadas salas de aulas e condições pedagógicas, servindo como mediador entre a proposta oficial de poder expressa nos programas curriculares e os conhecimentos escolares ensinados pelo professor. (BITTENCOURT, 2010, p. 72-73).

Podemos dizer que o livro didático é considerado a principal ferramenta de trabalho entre professores e aluno em sala de aula em todas as escolas do país seja pública, ou privada. Mesmo diante tantas informações, com o avanço da tecnologia como nós temos hoje em dia como a Internet, jornais TV, músicas, revistas etc. Mesmo assim o livro didático é o pioneiro nas escolas ele é à base da educação de todos os alunos ou, seja nele estão todas as informações básicas que o aluno necessita para sua formação escolar.

Não, podemos negar que o livro didático ainda é um suporte pedagógico de grande apoio para os alunos, porque ele é prático, é um material dado em que os alunos possam estudar sozinho sem auxílio do professor. Mas é importante que os professores utilizem outras ferramentas pedagógicas, e retire do livro didático os conteúdos mais importantes e preencha as lacunas que a história possui com o seu conhecimento adquirido na sua formação.

Conforme Thaís Fonseca que:

Autores dos livros didáticos dispunham a partir do momento em que o debate sobre o ensino de História considerava cada vez mais conscientemente seus vínculos com as propostas curriculares passassem por avaliações críticas e que novas propostas surgissem, fossem elas de caráter oficial ou formuladas na prática docente. Não mais havendo, legalmente, a obrigatoriedade do uso dos programas oficiais, os professores e os de maior liberdade de ação, o que contribuiu para maior ousadia na proposição de programas e de conteúdos para o ensino de história na escola fundamental. (FONSECA, 2006, p. 66).

De acordo com autora, os professores e os autores de livros didáticos aos poucos foram ganhando espaço perante a educação, eles agora não estão mais presos a programas obrigatório do governo, tanto os professores com a escolha do livro didático, como os autores de livros que passaram a escrever a história com mais liberdade, e não só aquela velha história monótona. Tanto é que esta liberdade contribuiu bastante na evolução da educação brasileira.

A dinâmica das leis educacionais brasileira da escolha dos livros didáticos pelos docentes constitui uma intensa relação entre os educadores, enquanto o público que elege o material que chega às salas de aulas, e as editoras que produzem e distribuem os livros didáticos no mercado editorial e o Governo que os coloca na lista de livros a serem selecionados pelos professores dentro do Plano Nacional do Livro Didático-PNLD.

Percebemos que o Governo não produz diretamente os livros didáticos, mas através do PNLD ele tem participação direta de todo o processo de elaboração e publicação dos manuais didáticos.

Bem como enfatiza Magalhães:

Principal meio de informação, conhecimento e legitimação da cultura escrita e da ação escolar, o manual, não obstante a sua função didático-pedagógica, apresenta uma evolução em boa parte analogia à história geral do livro, no que se refere à ordenação e ao significado como veículo do saber e do conhecimento, mas ajusta-se aos circunstancialismo e às prerrogativas das políticas da educação (MAGALHÃES, 2011, p. 05).

Podemos analisar que os manuais didáticos são diferentes dos demais livros em geral, se dá como bem destacou Magalhães, devido ser produto de saber dentro das políticas educacionais, e também ele um recurso didático, que possui normas e controle por parte do governo. Magalhães (2011, p. 11) ainda afirma, “o manual escolar, mais que um meio de educação e de alteridade cultural, é fator de afirmação de dominação cultural”.

“O livro didático é, antes de tudo, uma mercadoria, um produto do mundo da edição que obedece à evolução das técnicas de fabricação e comercialização” (BITTENCOURT,

2010, p 71). Percebemos que, as editoras vêm-se aperfeiçoando cada vez mais as suas técnicas, como enfatiza a autora, os livros ficam mais coloridos e os recursos editoriais ficam mais vistosos na qualidade de sua aparência. Isso acontece porque o livro didático é uma mercadoria do mundo editorial que faz parte da indústria cultural do sistema capitalista provavelmente é bastante verificada em todos os sentidos (BINTTECOURT, 2011).

Na relação entre educadores, consumidores, editoras, e governo, percebemos que o livro didático se estabelece como uma mercadoria que aceitará todas as cobranças do mercado como precisa e espera receber, como o governo investe bastante dinheiro na compra de livros didáticos, isto incentiva a concorrência no mercado livreiro (BITTENCOURT, 2011).

Podemos afirmar que a criação do PNLD foi um grande salto para nossa educação. Hoje, a distribuição do livro didático atende a mais de 30 milhões de alunos que vai das séries iniciais até o Ensino Médio das escolas públicas em todo o País, só lembrando que, no primeiro ano do Ensino Fundamental I, os livros utilizados são descartáveis, já no Ensino Fundamental II, e Médio o governo federal oferece livros didáticos de todas as disciplinas, sendo este serão devolvido no final de cada ano, e utilizado por três anos consecutivos na escola por outros alunos. Além disso, disponibiliza de livros didáticos em braile para os deficientes visuais para todas as séries.

Hoje o governo disponibiliza de três programas para o controle da qualidade do livro didático além do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), o Programa Nacional para o ensino Médio (PNLEM) e o Programa Nacional do Livro Didático para Alfabetização de jovens e Adultos (PNLA), criados no governo de Luís Inácio Lula da Silva.

Estes programas vêm substituir as antigas comissões responsáveis pelo o controle do livro didático (CNLD, COLTED, FENAME E PLIND), mas com uma grande diferença, essas comissões eram controladas pelo o Governo desde elaboração dos livros didáticos até a distribuição. Os livros didáticos eram feito por marketing funcionário das editoras do governo. Além disso, os conteúdos postos nos livros didáticos eram escolhidos por pessoas que não tinha noção nenhuma em sala de aula.

Hoje, por meio do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), é elaborado um edital de inscrição e enviados para as editoras o Governo dá um prazo para que as editoras apresentarem os livros didáticos e que estejam de acordo com as normas exigidas pelas as leis de Governo.

Depois dessa convocação, os livros didáticos aprovados pelo o edital são conduzidos á Secretaria de Educação Básica (SEB/MEC) onde o material das editoras será avaliado por especialistas de cada área específica, que após elaboram resenhas sobre este material.

Atualmente a comissão responsável pela avaliação do livro didático de história fica sob a organização da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

Nesse sentido, percebemos o avanço quanto à descentralização do controle do livro didático que era feito apenas em Brasília, agora mudou, esse controle vem sendo feito pelas universidades espalhadas pelo País.

As próprias editoras são responsáveis pela distribuição do livro didático, é feito através dos correios entre o mês de outubro e início do ano letivo, por motivo de segurança de não faltar livro, a remessa do livro didático já vem com o acréscimo para serem utilizadas no caso de perda ou pelo aumento de alunos matriculados na rede pública. (ABREU, 1999). Porque muitas escolas não têm livros? E também algumas escolas os livros didáticos são insuficientes para o número de alunos? Talvez esse acréscimo não supra a demanda de novos alunos matriculados nas escolas públicas.

O governo brasileiro tem em mente que a avaliação do MEC referente aos livros didáticos não é apenas pela qualidade técnica-burocrata desse material empregado na sala de aula, mas também, analisa os sentidos de uma educação de boa qualidade ao que se dá através da interferência do livro didático, ou seja, como se a educação se resumisse apenas em livros didáticos.

2 AS DIVERSAS REPRESENTAÇÕES DO LIVRO DIDÁTICO DE HISTÓRIA NAS QUESTÕES EDUCACIONAIS

2.1 Os livros didáticos e o mercado consumidor

A nossa intenção, é tentar compreender as dimensões que inclui a produções do livro didático de história percebendo este como material produzido para um determinado público que faz parte mundo escolar. Ao analisar livro didático de história, percebemos que o mesmo é um produto mercadológico muito procurado pelo os seus consumidores, que está inserido em disputa entre editoras de consumo, pois de um lado ficam os autores tentando adivinhar o que seria melhor para o ensino com suas próprias teorias pedagógicas, do outro lado, as editoras que procuram bons autores para suprir as perspectivas dos docentes dentro das convergências pedagógicas do governo que espera eleger uma quantidade significativa de livros que estejam de acordo com as políticas educacionais, e os conceitos dos professores.

Nesse sentido Monteiro (2009, p. 176) afirmou: “os autores, ao produzir livros didáticos, interpretam as orientações oficiais, ou seja, as reelaboram segundo suas ideias pedagógicas e, ao mesmo tempo, incorporam expectativas dos professores, buscando atraí-los para o seu consumo”. Autora nos remete que o livro didático quanto produto torna-se como outro item qualquer no mercado de consumo diário, implantado nas “normas” de marketing, sua produção corresponde a ás recomendações e orientações das políticas educacionais e das discussões pedagógicas da atualidade.

Segundo Bittencourt (2010, p. 71), “em todo início do ano letivo as editoras continuam colocando no mercado uma infinidade de obras, diferenciadas em tamanho e qualidade”. Com o aumento da distribuição gratuita dos livros didáticos para as escolas públicas pelo Governo Federal, as editoras resolveram criarem um comércio editorial favorável para os livros didáticos, que todos os anos apresentam novos livros com características diferenciadas, tudo isso para atrair os seus consumidores.

Segundo Miranda e De Luca:

Cumprir destacar que para o segmento voltado para as compras do setor público importa menos a orientação metodológica ou a ideologia contida em uma coleção de didática e mais a sua capacidade de vendagem e aceitação no mercado. Neste contexto, o livro didático assume claramente a sua dimensão de mercadoria, sujeitas a múltiplas interferências em seu processo de produção e vendagem. (MIRANDA; DE LUCA, 2004, p. 128).

Neste aspecto, devemos analisar, que entre os livros didáticos existem uma complexa teia de interligações e que com intuito de atender diversos setores voltados para educação como projeto pedagógico, garantir um ensino de qualidade e ainda atender ao mercado distribuidor e consumidor desse material didático que é muito grande.

Segundo Freitas e Rodrigues:

Alguns sinais mais visíveis desta transformação foram à mudança do formato que, de 14x18cm passou a 21x28cm, e o aspecto visual das capas que, de austeras e rígidas passaram a oferecer um visual mais direcionado ao público escolar, com ilustrações e imagens. (FREITAS; RODRIGUES, 2007, p. 137).

Nesse sentido no que diz respeito às editoras, elas apresentam todas as exigências postas pelas leis de governo, além de atender as demandas teóricas, ideológicas, pedagógicas, ainda tem que se adequar esteticamente, com diversas mudanças em seu formato como tamanho, imagens, enfim deixando de acordo com os critérios vigente para obter boas vendas no mercado.

As mudanças pelas quais os livros didáticos vêm passando na sua produção, no seu formato, na sua forma de conteúdo isso uma relação com o fato de ser uma mercadoria produzida pela a indústria cultural, tomando, assim, as qualidades de um produto desta indústria. Como explica Bittencourt (2010, p. 71), “[...] o livro didático é antes de tudo, uma mercadoria, produto do mundo da edição que obedece à evolução das técnicas de fabricação e comercialização pertencentes ao mercado”.

Diante de um sistema de controle, poderíamos ver nos livros didáticos, conforme Bittencourt (2011, p. 298), “seu papel de instrumento de controle de ensino por parte dos diversos agentes do poder”. Isso se dá, a partir do domínio dos livros didáticos a serem distribuídos, estabelecimentos de poder que podem e limitam algumas partes dos conteúdos antes de chegarem às mãos dos professores. Bittencourt (2010, p. 73) acrescenta ainda “o livro didático na vida escolar pode ser o instrumento de reprodução de ideologias e do saber oficial imposto por determinados setores do poder e pelo o Estado”. Como a autora ressalta o fato de que o processo de escolha do livro didático é questão política do Estado. Podemos perceber que os livros didáticos fazem parte dos produtos de uma cultura do consumo, ao mesmo tempo estão implantados em políticas educacionais do País desde início.

Em concordância com Bittencourt, afirmou Luca,

[...] é preciso reconhecer que os espaços de circulação dos didáticos são, pelo menos em tese, bem mais específicos que os literários, e que neles o Estado desempenha papel e essencial, pois é da sua competência definir os contornos do aparato escolar,

sobre o qual tem o poder de legislar formular propostas pedagógicas, impor conteúdos, programas curriculares e normas para os profissionais que nele atuam. E é justamente a existência de uma política educacional que cria um público cativo (os alunos), que demanda livros específicos (escolares), que devem ser escritos (autores) e produzidos (editores) de acordo com programas e objetivos prescritos e reconhecidos como relevantes (Estado) pelo menos por parte da sociedade (LUCA, 2009, p. 153).

Na perspectiva de Luca, mostra o quanto o domínio do Estado influi na escolha dos livros didáticos, que estão envolvidos com um conjunto de demandas abertas por programas oficiais do governo e, assim, os livros didáticos ficam longe de serem puramente instrumentos didáticos, parecem mais, documentos cheios de ideologias mesmo que seja verdadeiro ou falso.

Bittencourt diz que o livro didático é:

Como mercadoria [...] sofre interferências variadas em seu processo de fabricação e comercialização. Em sua construção interferem vários personagens, iniciados pela figurando editor, passando pelo autor e pelos técnicos especializados dos processos gráficos como programadores visuais e ilustradores. (BITTENCOURT, 2010, p. 71).

As mediações no processo de fabricação dos livros didáticos são resultados de aspectos que envolvem todo o conjunto em que o mesmo foi produzido como as normas educacionais, de governo os autores, editoras, e mercado.

Para Oliveira (1984), porém, o livro didático é utilizado “como instrumento com dupla função, a de transmitir um dado conteúdo e de possibilitar a prática de ensino”. Na perspectiva do autor o livro didático serve como intercessor na relação de professor e aluno e também como a amostra do desempenho pedagógico segundo o sistema nacional o livro didático além de apresentar um bom conhecimento científico ele é aprovado pelo o sistema.

Uma característica que Bittencourt (2004), destaca é que o livro didático é produto mercadológico que cumprem leis e regras estabelecidas pelo o mundo da edição e atende os critérios da evolução das técnicas e do comércio principalmente.

Segundo Bittencourt:

O livro didático é um objeto cultural contraditório que gera intensas polêmicas e críticas de muitos setores, mas tem sido sempre considerado como um instrumento fundamental no processo de escolarização. [...] provoca debates no interior da escola, entre educadores, alunos e suas famílias, assim como em encontros acadêmicos, em artigos de jornais, envolvendo autores, editores, autoridade políticas, intelectuais de diversas procedências. As discussões em torno do livro estão vinculadas ainda á sua importância econômica [...] setor ligado à produção de livros e também ao papel do Estado como agente de controle e como consumidor dessa produção. No caso brasileiro, os investimentos realizados pelas políticas públicas nos últimos anos transformaram o Programa Nacional de Livro Didático

(PNLD) no maior programa de livro didático do mundo (BITTENCOURT, 2004, p. 471).

Podemos avaliar que o livro didático se caracteriza pela a intervenção de agentes de poder em sua fabricação, elaboração, concretização, circulação e consumo e uso. Devido às essas interferências torna-se um artefato contraditório, apesar de ser bastante criticado por uns setores o livro didático ainda continua sendo a maior ferramenta de ensino em sala de aula nas escolas brasileiras. Com isso os livros didáticos vêm sendo alvo de pesquisas nas últimas décadas.

A dissertação Yara Cristina Alvim (2010), o título do seu trabalho é “*O Livro Didático na Batalha de Ideias: Vozes e Saberes Históricos no processo de avaliação do PNLD.*” A sua pesquisa falam da análise do processo de avaliação de livros didáticos de história no Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), mesmo os livros sendo avaliados rigorosamente pelo o PNLD, ainda é alvo de críticas por alguns setores.

A autora ressalta que foi partir do PNLD que inovou as pesquisas sobre os livros didáticos. O livro de História nas últimas décadas tem sido alvo de disputa e discussão entre vários setores em todo o País.

Em sua dissertação Alvim (2010) ressalta que “um artigo publicado no jornal O Globo pelo jornalista Ali Kamel, no qual o autor tecia diversas críticas à obra *Nova História Crítica*, de Mário Schmidt.” Kamel criticava a abordagem de conteúdos do volume 8º série da coleção História Crítica, o jornalista alegava que o conteúdo do livro oferecia perigo ao publico leitor com o seu “conteúdo ideológico e parcial”. Como podemos perceber o livro didático na maioria das vezes são criticados pelos conteúdos que possui. Em fim destaca-se também a dissertação de Danielle Park Andrade Espíndola (2003), o estudo é sobre “*O Uso do Livro Didático em Sala de Aula Pelos Professores*”. A autora investiga como os professores têm utilizado o livro em sala de aula diante das mudanças no campo do Ensino de História e nos próprios livros didático no cotidiano escolar.

Ambas as dissertações analisam e recaem sobre os livros didáticos a partir da década de 80, foi um momento de transição na educação brasileira que depois do surgimento do PNLD, muitas coisas mudaram tanto nos livros didáticos como no processo de ensino-aprendizagem.

O mercado editorial brasileiro vem crescendo desde 1930, e desde já vem mostrando eficiência com a modernização da produção gráfica e toda esta tecnologia trouxe “uma nova concepção do livro didático como objeto gráfico industrial” (CARDOSO, 2005, p. 176). Depois de o PNLD o mercado livreiro está em alta, a grande concorrência entre as editoras fez

melhorar muito na qualidade técnica as ilustrações e as iconografias tudo isso contribuiu na conquista do mercado novo.

Podemos perceber que, as editorias de livro didático, vêm atendendo as exigências do mercado consumidor desde início de sua produção na década de 30. No decorrer do século XXI, o livro didático aos poucos foi se modernizando ficando mais vistoso procurando alcançar e crescer o mercado consumidor.

A atual política de educação do Brasil é o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), e seus avaliadores acham cada vez mais importantes o uso do livro didático, no entanto, é bom lembrar que os livros didáticos são mercadoria que rende muito lucros, e o maior comprador desse produto é governo. Portanto, a finalidade das editoras é produzir livros didáticos que estejam de acordo com PNLD, atendendo todas às expectativas das equipes avaliadoras e também aos docentes, pois são eles que escolhem os livros que serão adotados em suas escolas.

2.2 Como se dá a escolha e avaliação dos melhores livros de História: na análise do PNLD

O Programa Nacional do Livro Didático – PNLD é membro das políticas públicas educacionais de Governo que é responsável pela a avaliação, compra e distribuição de livros didáticos para as escolas públicas de todo o Brasil. Este programa foi criado em 1985 e reelaborado, no início no início da década de 90, o PNLD passou por diversas alterações tais como em relação ao ensino de história, por exemplo, a extinção dos livros da disciplina de Estudos Sociais, e a realização de avaliação separado dos livros de História e de Geografia e a criação de guias específicos de livros didáticos para o ensino de História e Geografia.

Os livros didáticos, além de consagrarem-se num poderoso produto pedagógico, sempre exerceram um papel de suma importância na política educacional do Brasil são produtos destinados ao ensino e aprendizagem. Como recursos didáticos, escolar os livros devem ser também contidos a um processo de avaliação que inclui diferentes categorias.

Essas avaliações, uma é feita por professores e a outra é realizada pelo o MEC, que tem como princípio estabelecido na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN), Lei n. 9.394/96, prover material didático-escolar de ótima qualidade. Para não correr o risco de chegarem às escolas livros com defeitos com erros gramaticais, conteúdos impróprios, os livros didáticos são avaliados pelo MEC e pelos professores principalmente porque são eles que vão trabalhar com este material (BRASIL, 2013).

Vale lembrar também que livros didáticos são produtos comprados com o dinheiro público. Por isso devemos cobrar de nossos governantes um material de ótima qualidade para obtê-la um bom uso desses recursos, eles devem ser duráveis, e com facilidade de manuseio, já que o livro didático, com o PNLD deixou de ser um produto desacetado para ser reutilizado.

Como mostra Brasil:

Por esses motivos, portanto, os livros didáticos de história são avaliados. Eles não podem comprometer as ações de ensinar e aprender em virtude de incorreções pedagógicas, historiográficas, de valores contrários aos estabelecidos pela legislação brasileira, ou, ainda, por problemas relacionados com sua materialidade. Os editais do PNLD, entretanto, garantem o exercício da pluralidade teórico-metodológica na produção do livro didático. (BRASIL, 2013, p. 12).

Porém como mostra a citação os livros didáticos de história são avaliados pelo PNLD, por dois motivos, um, deles é evitar erros, porque isso compromete as ações de ensino e aprendizagem tanto dos professores como dos alunos, o outro motivo é pela a sua materialidade se ele é um material durável que não danifica fácil. Porque no PNLD os livros didáticos do fundamental II, não são descartáveis tem a validade de três anos por isso, ele tem que ser um produto de boa qualidade e que tenha a durabilidade até o seu vencimento (BRASIL, 2013).

Os livros didáticos adquiridos e distribuídos pelo PNLD são submetidos a um processo de avaliação que atravessa diferentes etapas. A equipe avaliadora dos livros de história do PNLD 2014 foi composta por um coordenador de área, um coordenador institucional, um assessor pedagógico, três coordenadores adjuntos e 31 pareceristas que trabalham em conjunto com técnicos da Secretaria de Educação Básica (SEB) do Ministério da Educação (MEC). (BRASIL, 2013, p.12).

As equipes responsáveis pela análise dos livros didáticos de história do PNLD são compostas por profissionais com formação em história, atuantes no ensino de História tanto na escola básica como no ensino superior. São pessoas trabalham com novas tecnologias da educação e da comunicação.

Entre os avaliadores, há professores com especialização, mestrado, doutorado e até pós-doutorado, esses avaliadores são de todas as regiões do Brasil. Esses critérios de escolha dos profissionais da equipe solicitam a inclusão da variedade conhecimentos explorados na área de História bem como a multiplicidade cultural que abrange o nosso país (BRASIL, 2013).

Como a elaboração do Guia do livro didático é feita por professores universitários com áreas específicas no seu conhecimento, creio que este profissional formado em História deva ter uma significativa concepção de agir de maneira crítica e honesta a respeito da análise dos livros didáticos, de modo que as resenhas das coleções possuam clareza nas principais informações sobre as obras apresentada nos Guias dos livros didático, pois as resenhas é a referência que orienta a escolha dos livros que serão adotados nas escolas.

No processo de avaliação dos livros didáticos de história há vários critérios a serem empregados. A avaliação é de acordo com os princípios postos na legislação brasileira, a mesma determina parte dos parâmetros que são avaliados nos livros. Os critérios exigidos na avaliação das obras em todos os lugares do País que estão envolvidos no PNLD são informados aos interessados por via edital (BRASIL, 2013).

A ficha de avaliação, é feita a partir do edital, é a principal ferramenta do processo. Por elas os avaliadores exploram cinco informações representadas das coleções a serem avaliadas tais como manual do professor, componente circular História, proposta pedagógica, formação cidadã e projeto gráfico-editorial (BRASIL, 2013).

Na avaliação dos livros didáticos de história, de 2014 diversos outros indicadores de ótima qualidade foram postos pelas equipes técnicas que coordenaram os procedimentos avaliativos das últimas duas décadas. Eles mostraram as modificações e inovações na disciplina de história. Isso mostra que o governo brasileiro está cada vez mais preocupado com a qualidade dos livros didáticos.

Como mostra Brasil:

Nesta edição do Guia, [...] algumas novidades foram incorporadas no PNLD. A principal delas é a possibilidade de uso de Objetos Educacionais Digitais (OEDs), que estarão disponíveis em cada escola, como os infográficos, jogos, audiovisuais e hipermídia. Combinados aos conteúdos em suporte papel, os OEDs podem desenvolver, principalmente, as habilidades de leitura, articulação e interpretação dos nossos alunos. (BRASIL, 2013, p. 07).

Na edição do PNLD de 2014, trouxe inovações na área de história abrindo possibilidades para que as editoras oferecessem materiais complementares às coleções. Os conteúdos multimídia como Objetos Educacionais Digitais (OEDs) situados pelo edital como: objetos audiovisuais, jogos eletrônicos, simuladores, infográficos animados e hipermídia. Esses novos suportes complementares também foram exigidos à introdução dos critérios de interatividade, como a acessibilidade de parâmetros para a avaliação desse material didático (BRASIL, 2013, p.14). Além dos livros didáticos, o PNLD está oferecendo outros recursos

didáticos modernos que envolvem tecnologias para aprimorar o aprendizado do aluno para as escolas públicas

Neste PNLD também foram avaliados os sites presentes nas obras:

Como aspectos positivos, ressaltamos que, em algumas coleções, os sites aparecem como possibilidades de atividades complementares aos alunos. Os links são recomendados para possíveis pesquisas, atividades extraclasse. Por sua vez, a variação nas opções dos usos dos sites. Observadas em algumas coleções, pode contribuir positivamente para a construção do conhecimento histórico. Algumas coleções recomendam diferentes abordagens da internet na exploração dos conteúdos planejados pela obra. (BRASIL, 2013, p. 15).

Podemos perceber que essas inovações do PNLD 2014 trouxeram uma grande melhoria para a área de história. O uso do computador é um instrumento que auxilia no desenvolvimento de diversas habilidades intelectuais e cognitivas dos alunos. Os meios tecnológicos podem trazer benefícios para a formação dos discentes. Uma década atrás internet era coisa rara, quase ninguém tinha acesso, hoje em dia a é comum o uso da internet principalmente no âmbito da educação, facilita muito tanto na comunicação como na aprendizagem de professores e alunos.

O Manual do Professor é realizado com coerência, utilizando recursos didáticos variados, a serem empregados em sala de aula. Além do mais apresenta ainda correção e atualização de conceitos, informações e métodos que possibilitam a construção de noção e conceitos históricos levando o aluno a pensar historicamente com o objetivo principal do ensino de história (BRASIL, 2013).

No PNLD o Manual orienta o professor dando dicas como utilizar os livros didáticos em sala de aula.

Como mostra Brasil:

Além disso, orienta sobre o adequado uso do Livro do Aluno, informando sobre as estratégias e os recursos de ensino a serem empregados na coleção, sobretudo as que trabalham com fontes para a elaboração da história. O Manual orienta igualmente sobre formas, possibilidades, recursos e instrumentos de avaliação adequados ao ensino de história bem como sobre o ensino de História da África, da cultura afro-brasileira e da história indígena. Contribui também para a formação continuada do docente com sugestão de textos de aprofundamento e bibliografia pertinente e atualizada no campo da história e do ensino de História que proporcione ao professor uma efetiva reflexão sobre sua prática. (BRASIL, 2013, p. 17).

Porém é interessante notarmos como o guia transmite ao livro didático a responsabilidade por um ensino de História para cidadania e para formação de pessoas crítica reflexiva, e isso não inclui o trabalho do docente como principal nesse processo. Ao professor

cabe apenas prestar a função de escolha do livro didático. Para isso o guia foi estabelecido, para que a seleção de livros didáticos seja um sucesso (BRASIL, 2013). É como se existisse um livro didático perfeito e capaz de fazer um ensino de história diferenciado, mas quem faz essa diferença é o professor porque é ele que dá vida ao livro didático.

Na lógica estabelecida entre a qualidade de ensino e dos materiais didáticos usados pelos os professores, devemos avaliar que os livros didáticos têm suas próprias limitações pedagógicas, pois é um produto mergulhado em contextos de elaboração e muito complexo.

No entanto, na lógica estabelecida pelo PENLD, o professor de História é colocado como um mediador no processo de escolha do livro didático. No que se refere ao processo de ensino-aprendizagem o livro didático é um recurso importante, desde que seja utilizado de forma correta atendendo um objetivo de um determinado público, tornando assim apenas como um suporte de ensino. Porém o livro didático não é transmissor de uma verdade absoluta e nem o dono do saber, pois possui certas limitações, especialmente em relação ao conteúdo.

Seu caráter de principal instrumento pedagógico, adquirido historicamente ao longo dos tempos, fez com que se tornasse objeto de profunda preocupação por parte do MEC. A importância do livro didático no processo de ensino e aprendizagem é um dos principais argumentos que justificam seu rigoroso processo de avaliação.

2.3 Relações professores e alunos diante do uso do livro didático nas aulas de História

O livro didático ainda hoje é o principal recurso utilizado pelos os professores em sala de aulas, tanto nas instituições públicas como nas privadas. As escolas exigem que o professor apresente um planejamento de ensino, que é uma das melhores formas para a utilização do livro didático em sala de aula; é a previsão das ações e procedimentos que os professores vão realizar junto a seus alunos, e a organização das atividades discentes e das experiências de aprendizagem, tendendo a atingir as práticas educacionais estabelecidas. É importante que o plano de aula seja coerente, com conteúdos interessantes e objetivos compreensíveis, para que os alunos possam ter uma concepção do que está estudando, sem falar da importância que tem a comunicação tanto com os colegas de classe como a relação entre professor-aluno.

Os livros didáticos, que sem dúvida constituem, ainda hoje, parâmetros importantíssimos da seleção e ordenamento de conteúdos, em sua ampla maioria continuam seguindo critérios de organização e seleção de conteúdos rigidamente tradicionais e frequentemente reducionistas. (ORTEGA *et al*, 2009, p. 12).

O educador deve saber que o livro didático é um recurso importante e que o mesmo tenha a criatividade de ser crítico com os conteúdos e construir um conhecimento mais acessível para os alunos.

Conforme explica Zóboli:

O professor encontra no livro didático apoio para o seu trabalho pedagógico, porém não encontrará certamente um plano de trabalho já pronto, pré-estruturado. O livro deve ser visto como base e, preferencialmente, deve ser visto com olhar crítico, já que assim o processo pedagógico poderá enriquecer-se mais, ou seja, a aula ou o curso se nutrirá daquilo que o livro não tem e também daquilo que e tem (ZOBOLI, 199, p. 100).

O autor Libâneo, faz uma colocação interessante sobre o trabalho docente:

O professor não apenas transmite uma informação ou faz perguntas, mas também ouve os alunos. Deva dar-lhes atenção e cuidar para que aprendam a expressar-se, a expor opiniões e dar respostas. O trabalho docente nunca é unidirecional. As respostas e as opiniões dos alunos mostram como eles estão reagindo á atuação do professor, às dificuldades que encontram na assimilação dos conhecimentos. Servem, também, para diagnosticar as causas que dão origem a essas dificuldades. (LIBÂNEO, 1994, p. 250).

Nesse sentido professor não pode passar um conteúdo para os alunos e concluir que aprenderam. É de extrema importância que o professor também deve ouvir os educandos porque é na sala de aula que as pessoas aprendem a se expressar e falar em público isso é fundamental para o desenvolvimento intelectual do indivíduo.

Nessa concepção Haydt nos afirma que:

O educador, na sua relação com o educando, estimula e ativa o interesse do aluno e orienta o seu esforço individual para aprender. Assim sendo, o professor tem, basicamente, duas funções na sua relação com o aluno: Uma função incentivadora e energizante [...] uma função orientadora. (HAYDT, 1998, p. 57).

Desta forma como a autora Haydt (1998, p. 57), relata que “o educador deve ter bem claro que antes de ser um professor, ele é um educador”, pois seu papel enquanto educador além de ter uma boa relação com os alunos deve também educá-los. Da mesma forma que a escola existe regras de direitos e deveres, o professor pode expor suas normas para criar um espaço de respeito e de aprendizagem.

Conforme Vesentine:

O professor pode e deve encarar o manual não como o definidor de todo o seu curso, de todas as suas aulas, mas fundamentalmente como um instrumento que está a seu serviço, a serviço de seus objetivos e propostas de trabalho. Trata-se de usar criticamente o manual, relativizando-o, confrontando-o com outros livros, com informações de jornais e revistas, com a realidade circundante. Ao invés de aceitar a “ditadura” do livro didático, o bom professor deve ver nele (assim como em textos alternativos, em slides ou filmes, em obras paradidáticas etc.) tão somente o apoio ou complemento para a relação ensino-aprendizagem que visa a integrar criticamente o educando ao mundo. (VESENTINE, 1989, p. 167).

Entretanto uma aula com bons recursos e uma boa metodologia ainda se depara com a falta de motivação dos alunos. Dessa forma percebemos a importância que tem o educador em sala de aula, pois o mesmo não é somente um transmissor de conteúdos, ele é o diretor de sua sala, somente o educador através de suas explicações, do seu incentivo, pode transformar a aula em um espaço do conhecimento e da aprendizagem. Dessa maneira, a história ensinada será mais interessante, se o educador desenvolver nos alunos o hábito de ler, pesquisar, resolver problemas sozinhos, pois os alunos necessitam de adquirir seus próprios conhecimentos e serem críticos com eles.

Na atualidade queremos professores que organizem as aulas tornando-as prazerosas, isto é, fazendo com que os alunos sintam-se a oportunidade de participarem das aulas de história. Mas é preciso que o educador envolva a realidade dos alunos no contexto da aula. No entanto o professor deve dar oportunidade dos alunos expressarem o seu conhecimento por determinados assuntos e não ficar presos só nos conteúdos do livro didático de história.

A autora Haydt ressalta que:

Quando o professor concebe o aluno como um ser ativo, que formula ideias desenvolve conceitos e resolve problemas de vida práticas através da sua atividade mental, construindo, assim, seu próprio conhecimento, sua relação pedagógica muda. Não é mais uma relação unilateral, onde um professor transmite verbalmente conteúdos já prontos a um aluno passivo que os memoriza. (HAYDY, 1998, p. 61).

Nesse processo fica evidente sobre a relação entre professor-aluno. O educador deve proporcionar uma relação de participação coletiva nas aulas de história, somente assim a aprendizagem será eficiente e duradoura.

Bittencourt ressalta que:

Na prática, o livro didático tem sido utilizado pelo professor, independente do seu uso em sala de aula, para a preparação de suas aulas em todos os níveis da escolarização, quer para fazer o planejamento do ano letivo, quer para sistematizar os conteúdos escolar, ou simplesmente como referencial na elaboração de exercícios ou questionários. (BITTENCOURT, 1993, p. 02).

Nesse sentido, o planejamento de ensino do livro didático é uma especificação e operacionalização do plano curricular. O professor usa livro didático independente que esteja em sala de aula como mencionou Bittencourt, o docente planeja o ensino antecipando de forma organizada, todas as etapas do trabalho escolar, atenciosamente, identifica os objetos que pretende atingir, indica os conteúdos que serão desenvolvidos seleciona os procedimentos que empregará como estratégia de ação e prevê quais os recursos que pregará para avaliar o progresso dos alunos no decorrer do ano letivo.

Segundo Bittencourt:

Para entender o papel que o livro didático desempenha na vida escolar, não basta analisar a ideologias e as defasagens dos conteúdos em relação à produção acadêmica ou descobrir se o material é fiel ou não às propostas curriculares. Para entender um livro didático é preciso analisá-lo em todos os seus aspectos e contradições, inclusive no uso que se faz dele em sala de aula. (BITTENCOURT, 2010, p. 73).

O livro didático é instrumento que não fala por si só. É o docente quem “dá vida” ao livro juntamente com os alunos em sala de aula. As diversas leituras feitas por docentes e alunos, os conteúdos escolhidos, a maneira de o professor aplicar o conteúdo será de suma importância para a obtenção ou não dos objetivos do livro, do educador e do próprio ensino de história. Então ele é importante?

Dentro da sala de aula a postura do professor diante do livro didático, é determinar qual a função este livro desempenhará na escola ou, seja o que será trabalhado e como desenvolverá esse trabalho, em sala de aula, que esteja de acordo com a instituição e do contexto escolar assim como: grade curricular, disponibilidade de material didático.

Segundo Thaís Fonseca:

Entendendo o livro didático como um documento, é possível fazê-lo falar e utilizá-lo criticamente mesmo, ou, sobretudo a partir dos problemas que apresenta. [...] o professor irá atuar como pesquisador na tarefa de tratar o livro como um documento, representativo de uma determinada visão de mundo e de história. (FONSECA, 1998, p, 24).

Nesse sentido podemos analisar o livro didático enquanto portador de memória histórica, ele pode ser caracterizado como um documento muito importante para divulgar os valores, as ideologias e a cultura de uma sociedade. É através dos livros didáticos em sala de aula que os alunos conhecer a histórias dos antepassados.

O governo brasileiro vem investindo na educação através do livro didático desde 1930, na época o livro didático era o único material utilizado em sala de aula, sendo válido visto

pelo os professores da época como a única verdade factual a ser ensinada aos alunos. As pesquisas atuais mostram que o livro didático continua sendo a principal ferramenta pedagógica e quando não o único, recurso utilizado nas aulas de história nas escolas pública brasileira. Inúmeros são os motivos que levam o livro a ser o principal recurso didático um dos maiores motivo é a falta de outros recursos disponíveis nas escolas que na maioria das vezes esses recursos por falta de manutenção não funcionam e a falta de tempo dos professores acaba impossibilitando os mesmos de procurar alternativas, devido a sua jornada de trabalho.

Batista (2000, p. 551) mostra que o livro didático tem uma dupla função: “Os impressos e textos didáticos, desse modo, é tanto um instrumento de aprendizagem, dirigido prioritariamente ao aluno quanto um instrumento de ensino concebido para ajudar o professor a organizar e preparar suas aulas”. O autor ressalta que, mesmo sendo destinado direto ao aluno, o livro didático é também utilizado como um mediador do professor, porque é o docente quem escolhe e indica esse material, para ser trabalhado em sala de aula. Desse modo a relação do professor de história com o livro didático quando amigável facilita muito a aprendizagem dos alunos tornando uma aula prazerosa.

3 O QUE PENSAM OS PROFESSORES SOBRE O LIVRO DIDÁTICO DE HISTÓRIA

3.1 Conhecendo o espaço de atuação: Escola Estadual Professor Crispim Coelho e Escola Municipal Galdino Pires Ferreira

Antes de apresentar as escolas em que realizamos a pesquisa, é interessante falar da metodologia empregada nas entrevistas. Optamos pelo método da Pesquisa Qualitativa orientada sob a forma de entrevistas semiestruturadas. Nas entrevistas semiestruturadas, há uma maior flexibilidade, permitindo ao entrevistador repetir ou esclarecer as perguntas, bem como possibilita a oportunidade de avaliar atitudes e condutas a partir da observação e registro de reações e gestos. Permite também que os dados sejam quantificados e submetidos a tratamento estatístico (LAKATOS; MARCONI, 2005).

Em seguida, foram iniciadas as atividades de campo buscando uma aproximação com os professores entrevistados da área selecionada para o estudo, como também obter conhecimentos da realidade local (MINAYO, 1994). Visitas às unidades escolares: Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental Galdino Pires Ferreira e a Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Professor Crispim Coelho para aplicação dos questionários semiestruturados.

O questionário aplicado totalizou-se de 19 perguntas contendo um roteiro comum a todos entrevistados (um total de 04 entrevistas) foi realizada no período de maio a junho de 2014, das 19h00 às 22h00, sempre no decorrer da semana, onde os professores foram abordados nas próprias residências tanto os professores da Escola Galdino Pires Ferreira como da Escola Professor Crispim Coelho, seguindo um roteiro comum para cada entrevistado.

A fim de obter informações diversificadas sobre como os professores percebem e utilizam o livro didático em sala de aula, todas as informações obtidas por meio das entrevistas, serão utilizadas apenas para fins da pesquisa, sendo que a participação dos mesmos foi de caráter voluntário, não oferecendo qualquer risco de constrangimentos aos mesmos.

A escolha das escolas para a pesquisa foi por serem conhecidas por mim, estudei e fiz o estagio Supervisionado na Escola Crispim Coelho conhecido popularmente como Estadual, sempre fui bem recebida por todos lá. Já Escola Galdino Pires Ferreira foi opcional por

conhecer a Escola e pelo fato da mesma ser municipal, pois gostaríamos de saber como se dá a escolha do livro tanto em escolas estaduais quanto municipais.

O estudo realizou-se nas unidades escolares: Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Professor Crispim Coelho, e também na Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental Galdino Pires Ferreira que se encontra inserido no município de Cajazeiras, que integra a mesorregião Sertão Paraibano e a microrregião de Cajazeiras. Localiza-se às margens da BR-230, a 497 km da capital, no extremo oeste da Paraíba.

A cidade está localizada num ponto estratégico em relação aos estados de Pernambuco, Ceará, Rio Grande do Norte e outros municípios que compõem o Sertão Paraibano (IBGE, 2011). A Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Professor Crispim Coelho geograficamente está localizada ao Sul da Cidade, compreende o centro e avizinha-se com as Ruas Dr. Coelho, o Conjunto Giliarde I e os Bairros: São Francisco, o Bairro dos Remédios. Estes bairros estão entre os mais antigos da cidade de Cajazeiras - PB. Sua funcionalidade é entre os turnos manhã das 07 às 11 horas, tarde das 13 às 17 horas e noite das 19 às 22 horas.

A Escola foi fundada em 28 de maio de 1961, criada pelo Decreto Nº 2.512, de 24/10/1961, publicado no Diário Oficial do Estado, em 28/10/1964, do deputado estadual Acácio Braga Rolim, que só foi consolidado no governo de Pedro Moreno Gondim em 1964. Pelo fato de ter sido a primeira escola laica pública de Cajazeiras a funcionar o ensino de 1º Grau, hoje Ensino Fundamental, recebeu a denominação de Colégio Estadual. Em 1968 foi construído o prédio do Colégio, em terreno doado pela Prefeitura Municipal na gestão do prefeito Francisco Matias Rolim para fim exclusivamente educativo, passando a oferecer o Ensino de 2º Grau (atual Ensino Médio) para medicina e engenharia 1969 (HISTÓRICO DA ESCOLA, 2013).

A Escola vem constituindo uma proposta de gestão democrática, pautada no trabalho compartilhado, desenvolvendo projetos que conglomeram os diversos componentes curriculares, promovendo eventos sócios – culturais e esportivos. É importante ressaltar que a Escola realiza esses eventos com a colaboração de toda comunidade escolar e as parcerias com outras instituições que cooperam com a busca de superação dos problemas enfrentada pela a Instituição (informações retiradas do PPP da escola, 2013).

A Escola dispõe de uma área territorial de 14.375,60 m dos quais 1.967,20m² constitui a área coberta que está distribuída em espaços administrativo, técnico – pedagógico, de assistência ao educando de serviços gerais e esportivos. A mesma oferece as seguintes modalidades de ensino: Ensino Fundamental e Médio. Dispõe de salas de aula, as quais

funcionam nos três turnos, assim distribuídos: Matutino; 09 salas de aula do Ensino Fundamental II e 09 do Ensino Médio. Vespertino; 08 salas de aula do Ensino Fundamental II. Noturno; 06 salas de aula do Ensino Médio. O Colégio de estágio possui 01 diretoria, 01 sala com banheiro para professores, 01 sala formalizada em pleno funcionamento, 01 sala com a biblioteca em acervo completo. Possui 02 banheiros para o uso dos alunos de ambos os sexos, com 02 serventes, 02 vigilantes, e 02 secretários em cada turno.

Para o apoio às atividades escolares, a escola dispõe dos seguintes equipamentos em uso: 02 aparelhos de TV, 01 Retro Projetor com tela, 01 computador com impressora e 01 Data Show. Na secretária, 12 computadores na sala de informática, 01 aparelho de som, 01 caixa amplificadora, 01 máquina fotográfica digital, 01 máquina de, Xerox 01 aparelho DVD, há ainda um aparelho de telefone público para o uso exclusivo do Colégio e dos alunos. O corpo docente é formado por professores, sendo 90% graduados nas disciplinas que lecionam e o Colégio abriga em suas dependências os três turnos em funcionamento, totalizando 891, alunos sendo 278 alunos do fundamental II e 613 do ensino médio.

De modo geral, por ser uma escola situada no centro, da cidade, os alunos na maioria são de bairros carentes e da zona rural. Segundo o Projeto Político Pedagógico (PPP, 2013), a instituição norteia na visão de que a escola é um espaço criativo e transformador de ideias e opiniões, coloca-se como principal função, afirmar valores, e formar cidadãos livres, críticos e conscientes de seus papéis no meio social.

A escola por ser um espaço de discussão e vivência democrática, não pode ficar distante das mudanças que ocorrem na sociedade. Nesse sentido, é necessário construir uma escola sintonizada com o seu tempo, mas que tenha como perspectiva a superação dos desafios e contradições contemporâneas. Isso requer dos profissionais envolvidos práticas reflexivas e questionadoras para fazer uma análise dessas práticas e [...], vendo-o como um conjunto de experiências programadas em função dos seus objetivos e experiências vividas pelos educandos e educadores, numa postura ativa momentos em que ambos constroem conhecimentos. (PPP, 2013, p. 02).

Como a citação afirma a escola é um lugar de transformação, não podendo ficar parada diante dos fatos que vem acontecendo de uma forma muito rápida. Porém a prática pedagógica tem que estar preparada para acompanhar essas tais mudanças que vem ocorrendo em nossa sociedade. Dessa maneira, a escola diz que se preocupa com os problemas sociais que afetam a vida dos professores dos alunos com a finalidade de prepará-los para encarar as próprias dificuldades e resolvê-las dentro das possibilidades individuais ou coletivamente.

Um aspecto que a escola vem se preocupando são com a desestruturação familiar, drogas e a violência que principia adentrar no ambiente escolar. A escola afirma que alguns

pais de famílias dizem que não sabe o que fazer com próprios filhos, já não pode mais com os filhos e as filhas (PPP, 2013). Percebemos a grande perda de valores entre as pessoas como princípios, respeito, compromisso, limites e entre outros. Outro aspecto que vem preocupando a escola é evasão, mostram que a incidência maior é no Ensino Fundamental principalmente 6º e 7º anos os alunos fora da faixa etária que já efetivou matrícula na mesma série por três vezes. Já no Ensino Médio a coisa não diferente, os alunos evadem após a aquisição da carteira de estudante ou inscrição no ENEM. A última nota do IDEB foi de 2011, a Escola Crispim Coelho obteve a nota 2,2.

Com base no projeto percebemos que a escola dispõe de sérios problemas sociais como violência, drogas, rebeldia isso acaba refletindo no dia-dia da escola. Segundo o PPP (2013) a escola diz que está preocupada com o bem-estar dos professores e alunos, mas não deixa claro como está resolvendo esses problemas que aflige a escola Crispim Coelho.

Vale salientar que alguns docentes têm dificuldades para trabalharem com esta realidade educacional, pois eles não evoluíram conforme a mudança dos tempos, ou seja, sua metodologia e concepção de educação não correspondem às expectativas dos discentes; outros se sentem desvalorizados e feridos em sua dignidade, tendo que trabalhar 60 horas semanais para garantir uma vida melhor a sua família, embora venham resistindo bravamente sentem-se intelectualmente limitados e emocionalmente frágeis para trabalhar com a população escolar atual. (PPP, 2013, p. 04).

Diante da colocação acima percebemos que a profissão de educador é muito difícil principalmente para aqueles que atuam há muito tempo, tendo que se adequar as mudanças que vem ocorrendo de forma muito bruscas tanto nas novas leis políticas educacionais como os problemas sociais que reflete dentro da escola, muitos professores se sentem desvalorizados e mal remunerados pelo seu trabalho que é muito desgastante. Para minimizar estas dificuldades segundo o PPP (2013) a escola promove e incentiva a formação continuada, trabalhos coletivos, uma valorização profissional, com melhores condições de trabalho, elevando a autoestima destes profissionais, contribuindo assim para um desempenho melhor na sua prática.

O PPP da escola E.E.E.F.M. Professor Crispim Coelho Nos últimos anos vem desenvolvendo técnicas pedagógicas, e possibilitando o desenvolvimento de um processo educativo que contribua para a construção de uma sociedade mais solidária e mais justa para todos (PPP, 2013). Porém nem sempre as indicações que aparecem nos currículos se concretizam na prática em sala de aula pelos os professores.

Já a Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental (E.M.I.E. F) Galdino Pires Ferreira, situada á Rua Dr. Vicente Leite, 109, Bairro Capoeiras, Zona Sul da cidade de Cajazeiras foi construída para atender a população carente dos Bairros Capoeiras e São Francisco, na gestão do prefeito Epitácio Leite Rolim em 31 de agosto de 1970, porém só foi registrada no dia 30 de julho de 1990 na administração do Prefeito Antonio Vituriano de Abreu.

A denominação da Escola é em homenagem a o Major Galdino Pires Ferreira, que fez a doação do terreno para a construção da escola. Major Galdino era comerciante e político, foi vereador na cidade de Cajazeiras por várias vezes, o que o tornou cada vez mais comprometido com o desenvolvimento da educação desta cidade. Segundo o PPP (2012), a Escola vem promovendo projetos como estes: “*Nossa Escola é 10*” para melhorar o ensino-aprendizagem, procurando formas diversas para combater as repetências e a evasão escolar também garantir a permanência de alunos especiais em salas comuns do ensino regular fortalecendo a inclusão educacional na escola que envolve *Família na Escola* que é muito importante os pais poderem participar e conhecer de perto o ambiente em que os filhos estudam que a gestão da escola mantenha bom relacionamento com a comunidade (PPP, 2012).

A área física da Escola é de 417,2m quadrados. Na década de 2000 a referida Escola foi contemplada com três reformas recebendo a ampliação de mais uma sala de aula. Conta agora com 07 salas de aula, 01 secretaria, 01 sala de professores, 01 sala de informática, 01 biblioteca, 01 cantina, 01 pátio para recreação dos alunos, 01 depósito, 04 banheiros masculinos e femininos sendo 02 para os funcionários da escola e 02 para o alunado.

Na última reforma em 2010, sob a administração do Prefeito Léo Abreu. Desta vez a escola recebeu recursos do PDE-Escola. Foi feita a sala de leitura, e construídas rampas de acesso a todos a todos as dependências da escola. A Escola Galdino Pires Ferreira oferece as seguintes modalidades de ensino: Ensino Infantil e Fundamental II. Dispõe de salas de aula, as quais funcionam nos três turnos, manhã tarde e noite a escola tem 242 alunos, sendo 201 do Ensino Fundamental 41 da Educação Infantil. A última vez que Escola participou do IDEB foi em 2009 obteve anota 2,5, a mesma não participou em 2011 e nem 2013, porque para uma escola ser avaliado pelo IDEB precisa ter 20 alunos matriculados nas turmas do 5ºano e do 9ºano, porém a escola não tem esse número de alunos matriculados nas séries exigidas pelo o sistema.

Para o apoio das atividades escolares a escola disponibiliza dos recursos didáticos em uso como de lápis, papal, livros, 01 TV, 01 vídeo, 01 aparelho de DVD, 01 retroprojeto com

tela, jogos educativos, 01 equipamento de som, 01 data show 02 netbook, 06 computadores, 01 máquina de xerox e 01 impressora. O corpo docente é formado por professores, sendo na maioria são graduados nas disciplinas que exercem.

O projeto Político Pedagógico (PPP) está representando toda comunidade escolar como professores, servidor, direção e alunos, todos são convocados para a elaboração do PPP. Esse projeto tem como objetivo de planejar e organizar princípios e regras para a escola (2012). Como mostra Marçal:

A construção coletiva do projeto pedagógico deve ocorrer visando, antes de tudo, à instalação de uma autonomia construída e dialogada na escola, e não meramente para cumprir um dispositivo legal. Essa autonomia, sim, deve ser criada em torno de um projeto educativo que vise, primordialmente, à melhoria da qualidade do ensino e ao sucesso da aprendizagem do aluno. Essa é a razão que torna importante a construção do projeto pedagógico. (MARÇAL, 2001, p. 22).

Segundo o PPP (2012), a Escola visa uma educação progressista libertadora, tem como objetivo principal, a qualificação do ensino-aprendizagem e dos alunos promovendo a construção do senso crítico da cidadania.

A escola Galdino Pires costuma realizar reuniões periódicas com os docentes, para analisar o processo de ensino-aprendizagem juntamente com os pais dos alunos pra discutir sobre o processo de desenvolvimento da educação dos seus filhos.

Outra necessidade a ser incluída nos estudos do Projeto Político Pedagógico diz respeito dos marcos legal das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das relações Étnico-raciais e Ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

Sabemos que o ato de educar não se resume a uma ação final, mas, sim numa ação constante em que tudo pode acontecer de forma flexível, o que nos leva a buscar compreender o homem como ser que está sempre em reflexão para se chegar a uma transformação. (PPP, 2012, p. 07).

Nesse sentido percebemos que a escola acredita que educação transforma o homem num ser melhor, esse é o principal objetivo da escola fazer dos seus alunos cidadãos de bem, que a educação é ato contínuo, que os professores estejam preparados para essa continuidade que seja sempre prazerosa tanto para os professores quanto para os educandos. A Escola Municipal Galdino Pires trabalha com outro projeto além do (PPP), como Projeto “Nossa Escola é 10”, uma proposta metodológica para o tratamento adequado do lixo, o poder da leitura e família na Escola. Outro grande projeto do Governo Federal implantado na escola desrespeito ao “Projeto Mais Educação”, desenvolvido através de oficinas as quais funcionam

em horário intermediário e contra turno do aluno, fazendo com que o a criança permaneça por mais tempo na escola. Evitando que essas crianças fiquem fora das ruas.

3.2 O livro didático de História: O que pensam os professores

O objetivo da pesquisa é analisar e perceber o trabalho desenvolvido sobre as perspectivas e percepções construídas pelos os professores em sala de aula, e relevância destas para a aprendizagem dos educandos no uso do livro didático. Os procedimentos adotados para a análise e interpretação dos dados foram baseados na sistematização com base nas pesquisas bibliográficas e das informações colhida no campo através das entrevista semiestruturada. Para atingir os resultados manifestados nos dados levantados e para análise e interpretação dos mesmos foi utilizada a técnica da “triangulação” uma aproximação entre a análise qualitativa e quantitativa, na qual os dados coletados em forma estatística (elaboração de tabela) são discutidos sob a narrativa descritiva (SATO, 1997).

Observamos os dados na tabela Nº 1. Estes dados mostram as diferenças entres idades, os níveis de escolaridade, tempo de formação e o tempo que atua em serviços na sala de aula. Na formação vimos que todos os professores são graduados na disciplina de Licenciatura Plena em História na qual eles exercem, mas somente o professor de 3, não possui pós Graduação, pois o mesmo se concilia o trabalho com formação continuada que são ofertadas pelo o governo. Enquanto os demais como o 2, além da graduação em licenciatura em história possui especialização geopolítica e história, já o 1 e 4, ambos são licenciados em história com especialização em psicopedagogia estão dando continuidade de se aperfeiçoar na sua carreira profissional.

Tabela 01 – Caracterização dos entrevistados da pesquisa

IDENTIFICAÇÃO	IDADE	ESCOLARIDADE	TEMPO \ FORMAÇÃO	TEMPO \ SALA
Entrevistado 1	28	Pós-Graduação	7	6
Entrevistado 2	57	Pós-Graduação	25	24
Entrevistado 3	56	Graduação em História	27	26
Entrevistado 4	50	Pós-Graduação	22	20

Fonte – Dados da pesquisa – 2014

Como reforça as palavras de Brasil:

O processo de formação de professores visa ao desenvolvimento de uma competência crítico reflexiva, que lhes forneça meios de pensamento autônomo, que facilite as dinâmicas de autoformação que permita a articulação teoria e prática do ensino. É oportuno lembrar que a prática docente adquire qualidade quando existe a produção do saber. O professor deve atuar no sentido de se apropriar de sua experiência, do conhecimento que tem para investigar em sua emancipação e em seu desenvolvimento profissional. (BRASIL, 2006, p. 46).

Desse modo é muito importante o professor conduzir adiante, aprimorando os seus conhecimentos na carreira profissional, é gratificante, pois certamente contribui para ampliar a sua prática pedagógica no ensino de história promovendo assim conhecimento e reflexão no processo de ensino e aprendizagem dos alunos.

Tabela 02 – Delineamento dos educadores do Ensino Fundamental

ANO	TURMA	TURNO	Nº ABSOLUTO POR ALUNOS	Nº RELATIVO
Entrevistad o 1 (6º ao 9º)	5	Tarde e Noite	70	15,90%
Entrevistad o 2 (6º ao 9º)	4	Manhã e Tarde	50	11,36%
Entrevistad o 3 (6º ao 9º)	9	Manhã e Noite	150	34,09%
Entrevistad o 4 (6º ao 9º)	8	Manhã e Tarde	170	38,63%
Total	26		440	100%

Fonte – Dados da pesquisa – 2014

No que se referem ao delineamento dos professores todos estão inseridos em todas as turmas das escolas desde 6ºano ao 9ºano do ensino fundamental, com uma amostragem de 440 alunos sendo distribuídos por anos, turmas, turnos.

Tabela 03 – Professores que participaram da escolha do livro didático

ENTREVISTADOS	SIM	NÃO
1	x	
2	x	
3		x
4		x

Fonte – Dados da pesquisa – 2014

Na tabela mostra que dos 04 professores entrevistado apenas dois participaram da escolha do livro didático da sua escola, os que não participaram afirmaram que nesse dia eles tinham aula em outras escolas que não podiam faltar. A professora N°4 afirma que:

O livro didático que foi adotado na minha escola mesmo eu não participando da escolha deste livro. *Para entender a História* de autoria de Divalte Garcia Figueira e João Tristan Vargas. Editora Saraiva, é um ótimo livro ele é completo, não falta nada inclusive é minha única ferramenta didática utilizada em sala de aula e os alunos têm o maior respeito com o livro didático (PROFESSORA).

Em relação à metodologia utilizada pela professora pelo que podemos perceber ela é totalmente voltada pelo o livro didático nem se quer utiliza outra ferramenta ela diz que foi a única maneira de prender os alunos no processo de ensino e aprendizagem. Pois é bom lembrar que “nem sempre os conteúdos dos livros escolares são os mais recomendáveis” (LUCKESI, 1994, p. 144). Na maioria das vezes os conteúdos dos livros didáticos não têm nada a ver com a realidade dos docentes. Nesse caso o discente deve ter uma visão crítica a cerca dos livros didáticos. Sobre os professores que participaram da escolha do livro didático o professor 2 diz que participou desta escolha:

Geralmente os critérios são os mesmos as editoras mandam os livros para a secretaria de educação, depois esses livros chega às escolas para os professores avaliarem logo convoca uma reunião com todos os professores de história para escolha do livro didático a ser adotado para escola sempre vem quatro a cinco livros ofertados pelo o Programa Nacional do Livro Didático-PNLD. Porém muitas das vezes os livros escolhidos não são adotados, por questão política ou econômica (PROFESSOR).

Percebemos que o governo tem bastante influência nas escolhas dos livros didáticos mesmo dizendo que os livros didáticos são escolhidos pelos os próprios professores das

escolas, mas nem sempre é assim, às vezes o governo interfere nesta decisão, compra o livro aquele mais barato e não o escolhido pelos os professores como manda o figurino do PNLD.

O professor 1 disse que participou da escolha do livro didático da escola que ele atua Galdino Pires Ferreira: “O título do livro é: *História Sociedade e Cidadania* de Alfredo Boulos Júnior. Os critérios exigidos que os participantes tivessem clareza, objetividade e visão crítica diante dos conteúdos postos nos livros”.

Sobre a formação enquanto docente, ela corresponde às expectativas da prática escolar? O professor 3 afirma: “Sim eu nunca me enganei desde faculdade que eu já imaginava que a profissão de ser educador não seria fácil, mais eu gosto de ensinar os alunos às vezes são rebeldes mais dar para levar adiante”. Já a professora N° 4 discorda diz que:

Não, achei muito diferente do que eu esperava, eu imaginava que a profissão de professor seria uma tarefa mais fácil, pois são muito desgastantes, os alunos de hoje, não todos, mais em maior número principalmente os do ensino fundamental que são adolescentes não querem saber da disciplina de História. (PROFESSORA).

O professor N°2 afirma que “Sim, sou professor por opção já trabalhei em outra profissão e deixei para se torna um bom educador, gosto do que faço. Falta apoio ao aperfeiçoamento e suporte técnico profissional, além do acompanhamento das famílias nas escolas” (PROFESSOR). Quando o educador gosta da profissão é de fundamental importância para o aprendizado dos alunos, principalmente quando há interesses de ambas as partes, assim torna-se uma aula prazerosa sem estresse para todos. O docente N° 1 ressalta que:

A minha formação não correspondeu as minhas expectativas, principalmente a continuada, porque além de eu ensinar em duas escolas, trabalho em outro setor não educacional para completar a minha renda. [...], isso contribui com a má qualidade do ensino, além de diversos outros problemas que enfrentamos todos os dias nas escolas tais como: estrutura física, falta equipamentos, alunos usuário de drogas e violência nas escolas e etc. (PROFESSOR).

Percebemos que muitas vezes o docente não tem um bom desempenho em sala de aula porque tem uma carga horaria sobre carregada, para completar a sua renda mensal, que o salário de professor ainda é insuficiente para ter uma vida digna. A maioria dos professores disseram que quando estava na sua formação, que já sabia que iria ser difícil, mesmo sem ter ensinado, ou seja, existe um discurso que circula entre os futuros professores de que a escola é um lugar de sofrimento e que tudo é difícil de fazer, dessa forma, a formação e o empenho

dos professores não seria suficiente, pois, na prática nada funciona. Apenas, um professor fala claramente sobre a importância da formação.

Perguntamos aos professores sobre a sua trajetória enquanto professores de história. Todos praticamente responderam a mesma coisa. O professor N°3 disse:

Bem, a vida de professor não é fácil é um aprendizado a cada dia, e que é necessário acompanhar as novas mudanças na educação e ainda os problemas que temos que enfrentar todos os dias nas escolas. Confesso que é uma profissão que requer muito esforço e dedicação. (PROFESSOR).

Já a professora de N°4 diz que: “a profissão de professor pelo menos a minha é muito desgastante, é tanto que estou até com problema de saúde devido à correria do cotidiano, os alunos de hoje não querem nada da vida, se pudesse voltar no tempo eu não seria professora”.

O professor N°1 ressalta que:

A minha experiência como educador são positivas, sou professor por opção procuro sempre fazer o melhor, mas sinto falta de apoio por parte das famílias e da sociedade em geral no que diz respeito ao entendimento e o amor pela a história. Tornando-se um desafio ainda maior de sensibilizar os alunos para a importância da história na vida do homem (PROFESSOR).

O professor N°2 afirma que:

Apesar de ser uma disciplina extremamente importante na formação crítica do cidadão, a história ainda não é levada a sério pelos alunos principalmente do ensino fundamental. Então é preciso que o professor tente inovar a cada dia, trazendo os diversos temas da disciplina para os dias atuais, a fim de despertar o interesse dos alunos pela a história. As minhas experiências são positivas ao longo desses dez anos, apesar dos pesares. (PROFESSOR).

Percebemos aqui que os professores 1 e 2 falam das dificuldades, mas ao mesmo tempo, apontam a importância da inovação e do conhecimento. Questionamos aos professores se pudesse descrever a sua escolha teórico-metodológica enquanto professor qual seria? As respostas dos educadores se diferenciaram a docente 4 disse que “seria a tradicional porque os alunos se identificam muito com essa metodologia”.

O professor 3 concorda com a docente 4, “sua metodologia seria a que ele atua no momento a Tradicional”. Já para o professor 2 relata que sua metodologia seria. “Escola progressista, porque eu sempre demonstro aos meus alunos que eles são tão importantes quanto o professor, e assim eles se sentem mais motivados e capazes para interagir e produzir conhecimentos”. O professor 1 disse que sua pedagogia seria. “Escola progressistas renovada,

onde o docente deixa de ser um superior e assume a função de desafiadora, da aprendizagem onde o ensino é construído através de planejamentos e texto. Assim o professor passará a respeitar e entender as necessidades individuais dos educando.”

Nesse sentido, os professores 1 e 2 identificam-se com a escola progressista na qual o aluno assume lugar central no processo de ensino e aprendizagem. Já os outros afirmam que suas escolhas teóricas metodológicas são a tradicional, um deles afirmam que os alunos se identificam com a mesma. Sabemos que muitos alunos possuem resistência a outras metodologias que se diferenciam das aulas decoradas, das avaliações em forma de provas e de aulas baseadas apenas na exposição do assunto. No entanto, tudo isso faz parte de uma cultura escolar que muitas vezes entende que essa é a melhor escolha. Por isso, muitos professores utilizam apenas o livro didático como recurso.

Dos professores entrevistados apenas um afirma usar o livro didático como único recurso.

Tabela 04 – Professores que utilizam somente o livro didático como recurso pedagógico

ENTREVISTADOS	SIM	NÃO
1		x
2		x
3		x
4	x	

Fonte – Dados da pesquisa – 2014

A professora N°4 afirma que:

Eu já tentei de tudo com os meus alunos, já dei aulas com filmes, com Data Show e não deu resultado, eles não prestavam atenção à sala virava uma bagunça, alguns alunos chegam a dizer que não gosta da disciplina de história, para que estudar o passado, professora? Pois então eu passei a utilizar nas aulas de história somente o livro didático. Eu passo a atividade para eles e indico ainda o parágrafo que está à resposta, e percebi que os alunos se identificaram com muito com essa metodologia. (PROFESSORA).

Diante da colocação da professora, percebe-se que a ainda existe preconceito em relação à disciplina de história e um desinteresse por parte dos alunos com a disciplina. No entanto, com tantos recursos tecnológicos como se identificar com um modelo de aula que se distancia do cotidiano e da vida dos alunos? A professora em questão afirma que já usou outros recursos, no entanto, cabe a reflexão: esses recursos foram usados de forma

questionadora e desafiadora? Pinsky, no livro, *Por uma história prazerosa e consequente*, fala que o uso das tecnologias não deve substituir mais completar o conteúdo e o livro didático, ou seja, o mau uso das novas tecnologias pode ser tão tradicional, quanto somente à utilização do livro.

Já o professor de N° 3 diz que:

Além do livro de didático eu planejo minhas aulas envolvendo outros conteúdos como pesquisando na internet trazendo assuntos atuais para a sala de aula, e também uso o data Show pelo menos uma vez por semana, eu acho que o livro didático só ele é pouco para obter uma aprendizagem boa aprendizagem. (PROFESSOR).

O professor N° 1 afirma que:

Os conteúdos são planejados antecipadamente, buscando trazê-lo para a realidade dos alunos. São promovidos debates, fichamentos, artigos e seminários. Procuo sempre utilizar os recursos de apoio didático que a escola disponibiliza os recursos utilizados geralmente são: datashow, livro didático, livros de apoio, jornais e revistas. (PROFESSOR).

Porém é muito importante para aprendizagem dos alunos que os professores envolvam novos conteúdos, e outros recursos além do livro didático, pois isso favorece uma aprendizagem criativa e dinâmica para os alunos, estimulando a capacidade de aprender e de construir conhecimento promovendo a sua fala e o seu questionamento em sala de aula.

Professor N° 2 diz que:

Os recursos didáticos que a escola disponibiliza são muito pouco, mais mesmo assim eu procuro utilizá-lo, como reforço para a minha aula, trabalho com filmes, documentários, e livros didáticos a mais que possibilite o aluno a buscar conhecimento. O papel do professor é sempre o de orientador dessa busca, dessa troca mútua de conhecimento entre educador e educando. (PROFESSOR).

O professor deve propor para os educandos entusiasmo dependendo do que irá ser trabalhado em sala de aula. A eficácia de uma boa aula de história dependerá da maneira como o professor planeja sua aula, independente disso quando bem planejado, alcançará um bom resultado. Percebemos que a maioria dos professores entrevistados utilizam outras ferramentas didáticas como apoio pedagógico além dos livros didático é bom ver que os professores estão evoluindo, saindo da rotina. Por isso perguntamos qual o grau de importância do livro didático para os professores entrevistados.

Tabela 05 – Grau de importância do livro didático para os professores entrevistados

ENTREVISTADOS	IMPORTANTE	RAZOAVELMENTE IMPORTANTE	POUCO IMPORTANT E
1		x	
2		x	
3		x	
4	x		

Fonte – Dados da pesquisa – 2014

Três professores acham o livro didático razoável no processo de ensino e aprendizagem e apenas um diz que é importante. Os professores responderam da seguinte maneira. O docente N° 1 diz que:

O livro fica em quarto lugar primeiro vem à educação e o conhecimento passado pelo os pais, depois o conhecimento passado pela a escola direcionado pelo professor e em terceiro o conhecimento prévio e o entendimento que no qual cada aluno constrói o seu próprio conhecimento. (PROFESSOR).

Percebemos que pela resposta do professor ele elencou outras coisas que não competem aos recursos didáticos, ou seja, a educação dos pais, o conhecimento passado pela escola, o conhecimento prévio do aluno e por último o livro.

Diante dessa colocação o professor 3 ressalta que “o livro didático fica em segundo lugar porque em primeiro lugar vem o professor, pois é ele quem dar vida e a todos os recursos didáticos envolvidos nesse processo”. A professora N°4 atribui o livro didático “em primeiro lugar, para mim ele é o único suporte que me auxilia no processo de ensino e aprendizagem dos alunos”.

O docente N° 2 afirma que: “Apesar de estarmos no século XXI o livro didático ainda é a principal ferramenta do conhecimento, principalmente nas escolas públicas por incrível que pareça meus alunos não tem acesso à internet como fonte de pesquisa e conhecimento”. Já para o professor 3, o educador é o personagem mais importante, ou seja, nem o aluno vem antes, no processo de ensino aprendizagem, pois o livro ocupa o segundo lugar.

O professor 2, embora tenha se identificado seguidor da metodologia progressista afirma ser o livro a principal ferramenta para o conhecimento, já que muitos não tem acesso a internet: “o que nos faz crer que a internet também seria o espaço de conhecimento que

poderia concorrer com o livro”. No entanto, se os recursos da internet forem utilizados de forma passiva, sem questionamentos terá o mesmo papel que o livro didático tem hoje para a maioria dos professores.

Ainda sobre o livro didático questionamos aos docentes: o que falta nos livros didáticos de história? O professor Nº 2 manifestou-se da seguinte maneira: “O que falta nos livros didáticos de história são autores mais sucintos aos temas, e não os tornar exaustivos para os alunos, principalmente no do ensino fundamental, ou seja, qualidade e não quantidade como fazem há muito tempo”.

A professora Nº 4 pensa diferente dos professores 1 e 2 sobre o livro didático de história:

O livro didático não falta nada, ele é uma ferramenta completa tanto para o professor quanto para o aluno ou, seja, no início da minha carreira de professora o livro didático de história não era bom, como os de hoje. Com o PNLD os livros didáticos vêm ficando cada vez melhor mais vistosos, com mais esclarecimento nos conteúdos. (PROFESSORA).

O professor 1 não concorda com a professora 4, segundo ele, o livro didático de história ainda deixa a desejar “falta mais suporte teórico, clareza, objetividade e indicações de outras fontes, além da análise crítica de muitos acontecimentos”. O professor 3 concorda com a professora “os livros didáticos de história de hoje depois do PNLD, ficaram melhor possui bons conteúdo com linguagem simples facilitando a leitura para os alunos, isso facilita muito no aprendizado”.

As respostas dos professores muitas vezes são opostas as análises e pesquisas que estão sendo produzidas atualmente sobre o uso do livro didático. Muitos criticam como o livro didático é muito resumido e pouco atrativo para os alunos. Com relação às mudanças adquiridas principalmente com o PNLD, apesar de serem significativas ainda não dão conta de todas as questões apresentadas nesse material. O professor 1 é o que mais aponta os problemas desse recurso.

Como mostra o resultado na Tabela 06, apenas um professor diz que o livro didático fez mudar a sua prática de ensino, já os demais afirmam que não, além do livro os professores utilizam outras ferramentas de apoio pedagógico.

Tabela 06 – Professores que acreditam que o livro didático pode mudar sua prática de ensino

ENTREVISTADOS	SIM	NÃO
1		x
2		x
3		x
4	x	

Fonte – Dados da pesquisa – 2014

A professora N° 4 afirma que sim:

O livro didático para mim, ainda é o norteador do professor (a), pois continua ajudando tanto o professor quanto o aluno no processo de ensino e aprendizagem. O livro didático oferece a significação das palavras, para que o aluno tome o conhecimento e facilite a sua compreensão, já que a disciplina de história trata muito do passado, oferece também aos desafios, em que o aluno possa argumentar diferenciar e navegar dentro mesmo dentro do texto. (PROFESSORA).

O professor N° 2 discorda diz que não:

Acredito que com os avanços tecnológicos, a tendência é que esse livro impresso seja utilizado cada vez menos. A quem diga que entrará em extinção no futuro, mas ainda vejo o livro didático como uma grande ferramenta de trabalho para o professor de história, mas eu sempre procuro utilizar outros recursos além do livro (PROFESSOR).

Percebemos que os professores pensam diferentes a respeito do uso do livro didático. O professor 2 acredita que um dia com o avanço da tecnologia irá superar o velho livro didático impresso que o mesmo entre em extinção nas escolas, mas enquanto isso, ele é muito importante no contexto escolar. A professora 4 vê e utiliza o livro didático como único, ela acha que o livro didático é suficiente no processo de ensino e aprendizagem ou, seja que não precisa de outra ferramenta porque o livro didático é completo em todos os sentidos. Já o professor 3 diz “não, para obter uma boa aula eu utilizo outros recursos pedagógicos para reforçar o aprendizado dos alunos e para não deixar cair na rotina do livro didático”.

O professor N° 1 diz que:

Não, que o livro didático faz alguns direcionamentos. Porém cabe ao professor preparado aperfeiçoa-los e inova-los e em alguns casos segui-los. Mas só o livro didático como ferramenta em sala de aula é pouco para obter um bom aprendizado,

eu sempre gosto de variar minhas aulas com outros recursos didáticos.
(PROFESSOR).

É indiscutível a importância do livro didático de no processo de ensino e aprendizagem nas escolas públicas cajazeirenses, pois cada professor demonstra um entendimento diferente sobre a necessidade do livro didático em sala de aula, e tentam mostrar a história para os alunos em diversas maneiras possíveis. Portanto, com bases no que foi discutido em respostas que conduzem com as opiniões concebidas pelos professores, percebemos as diferenças das metodologias utilizadas com do livro didático em sala de aula.

Sem esquecer-se da importância dos conteúdos de história em pro da aprendizagem dos discentes. Para Pinsky, a questão principal do ensino de história não está necessariamente no livro, pois para o autor um professor mal preparado e desmotivado pode ter o melhor dos livros que não conseguirá dar boas aulas, já o professor bem preparado pode aproveitar um livro cheio de falhas e ainda sim desenvolver a criticidade dos alunos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho monográfico foi elaborado com o objetivo de analisar como os professores de história do ensino fundamental tratam e utilizam o livro didático em seus planejamentos e aulas, nas escolas de Cajazeiras – PB: Escola Estadual Professor Crispim Coelho e a Municipal Galdino Pires Ferreira, com a finalidade de problematizar as metodologias que os professores utilizam relacionados aos livros didáticos em sala de aula.

Nesta pesquisa procurou-se compreender a dinâmica das mudanças políticas educacionais relacionadas ao livro didático no Brasil, considerando as transformações que vivenciou ao longo de sua trajetória de institucionalização, nos levando a lembrar de que, o mesmo é permeado por alterações, mas principalmente por permanências que fazem com que o livro didático se consagre o pivô da nossa educação que já virou sinônimo de escola e de professor.

A qualidade dos livros didáticos passou a ser fator preocupante para os governantes de forma significativa a partir do PNLD (Programa Nacional do Livro Didático), desde então a responsabilidade da qualidade dos livros didáticos foi dado pelo o governo aos professores de cada área específica.

Percebemos que depois do PNLD, a educação deu passo à frente, com a melhoria da qualidade do livro didático. Sendo assim o livro didático pode se constituir num recurso de boa qualidade para professores e alunos como fonte de conhecimento no processo de ensino e aprendizagem das escolas públicas brasileiras.

Por meio do estudo percebemos que o livro didático de história é um objeto amado e criticado ao mesmo tempo, acaba sendo também o indicador da prática do professor, por exemplo, se o professor só utiliza o livro acaba sendo taxado de tradicional e isso acaba sendo entendido apenas como algo negativo. Também existem os professores que entendem a limitação do livro, mas que no momento ele parece ser um dos poucos recursos que as escolas oferecem.

É importante vê que à história é uma disciplina que nos ajuda a entender as mudanças que ocorrem na sociedade. Sendo assim, é preciso que se pense em novas metodologias de ensino fazendo o aluno entender que história é relevante para as nossas vidas, que o passado deve ser lembrado e não esquecido. Muitas vezes culpamos só o Estado pela deficiência da educação, mas também a escola deve mudar criando novas técnicas para adequa esses alunos da nova geração. Que por muitas vezes a escola culpa os alunos que devem ser mais

comprometidos com os estudos, mas nem só os alunos devem mudar como também a escola juntamente com seu corpo docente.

Portanto, o livro didático ainda é a principal ferramenta pedagógica utilizada no processo de ensino e a aprendizagem. Não podemos negar que o livro didático é muito importante nesse processo, mas para obter um bom ensino, o professor deve procurar maneiras de ampliar as metodologias para lecionar os conteúdos de história, dependendo da metodologia de ensino que ele utilizará poderá proporcionar aulas criativas e dinâmicas que possam despertar nos alunos o prazer de estudar determinados conteúdos e não de rejeição. Sendo assim, o professor estará contribuindo na formação de sujeito críticos consciente para a cidadania.

Sendo assim, almejamos que este trabalho possa a vir contribuir tanto para a formação dos docentes na sua etapa inicial e continuada, como para a realização de novas pesquisas facilitando os caminhos teórico-metodológicos e, assim constituindo bases teóricas para novos estudos referentes ao livro didático de História.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Márcia. **Leitura, história e história da leitura**. São Paulo; Campinas FAPESP MERCADO de Letras, 1999.

ALVIM, Yara Cristina. **O livro didático na batalha de ideias: vozes e saber histórico no processo de avaliação do PNLD**. Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade Federal de Juiz de Fora, 2010.

BATISTA, Antônio A. G. Um objeto variável e instável: textos, impressos e livros didáticos. In: ABREU, Márcia (org.). **Leitura, história e história da leitura**. Campinas: Mercado de Letras, 2000.

BITTENCOURT, Circe. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. **Livro Didático e conhecimento histórico: uma história do saber escolar**. São Paulo: FFCH/USP, 1993.

_____. Livros didáticos entre textos e imagens. In: **O saber histórico na sala de aula**. 11 ed. São Paulo: Contexto, 2010.

BITTENCOURT, Circe; FENANDES, Maria. Autores e editores de compêndios e livros de leitura (1810-1910). **Educação e Pesquisa**, v.30, n. 3 set/dez. Universidade de São Paulo: São Paulo, Brasil, 2004.

BRASIL Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Guia de livros didáticos: PNLD 2014: História Ensino Fundamental anos finais**. Brasília: MEC, 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Secretaria da Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Orientações curriculares para o Ensino Médio: Ciências humanas e suas tecnologias**. v. 3. Brasília – DF: MEC/SEB/SEF, 2006.

CARDOSO, Rafael. O início do design de livros no Brasil. In: **O design brasileiro, antes do design: Aspectos da história gráfica, 1870-1960**. São Paulo: Cosacnaify, 2005.

CHOPPIN, Allan. História dos livros didáticos e sobre as edições didáticas: sobre o estado da arte. **Educação e Pesquisa**, v. 30, n. 3, São Paulo, 2004.

COELHO, E. E. E. F. M. Professor Crispim. **Histórico Escolar**. Cajazeiras, PB, 2013.

_____. **Projeto Político Pedagógico (PPP)**. Julho, 2013.

COSTA, Candida Soares da; MÜLLER, Lúcia (Coords.). **O negro no livro didático de Língua Portuguesa: imagens e percepções de alunos e professores**. Cuiabá: EdUFMT, 2007.

D'ÁVILA, Cristina Maria. **Decifra-me ou te devorarei: o que pode o professor frente ao livro didático**. Salvador: EDUNEB, 2008.

ESPÍNDOLA, Danielle Parker Andrade. **O uso do livro didático, em sala de aula por professores de História**. Belo Horizonte: Faculdade de Educação da UFMG, 2003.

FARIA, Ana Lucia G. de. **Ideologia no livro didático**. 11. ed. São Paulo: Cortez, 1994. Coleção Questões da Nossa Época.

FERREIRA, E. M. E. I. E. F. Galdino Pires. **Projeto Político Pedagógico (PPP)**. Cajazeiras, PB, 2012.

FONSECA, Selva Guimarães. **Didática e prática de ensino de História**. 11 ed. Campinas/SP: Papirus, 2003.

FONSECA, Thaís Nívia de Lima. O livro didático na sala de aula: possibilidades para a prática do ensino de história. **Caderno do Professor**, Belo Horizonte, n. 3, out. 1998.

_____. **História e ensino de História**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREITAG, Barbara; MOTTA, Valéria Rodrigues; COSTA, Wanderley Ferreira. **O livro didático em questão**. São Paulo: Cortez, 1989.

FREITAS, Neli Klix; RODRIGUES, Melissa Haag. **O Livro didático ao longo do tempo: A forma do conteúdo**. 2007. Disponível em: <http://www.ceart.udesc.br/revista_dapesquisa/volume3/numero1/plasticas/melissa-neli.pdf>. Acesso em: 21 abr. 2014.

GATTI JÚNIOR, Décio. **A escrita escolar da história: livro didático e ensino no Brasil**. Bauru, SP: Edusc; Uberlândia, MG: Edufu, 2004.

HAYDT, Regina Célia Cazaux. **Curso de Didática Geral**. 5. ed. São Paulo: Ática, 1998.

LAJOLO, Marisa. **Do mundo da leitura para a leitura do mundo**. 6. ed. São Paulo: Ática, 1996.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Fundamentos de metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas 2005.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. São Paulo: Cortez, 2002. Coleção Magistério 2º grau. Série formação do professor.

LUCA, Tânia Regina de. Livro didático e Estado: explorando possibilidades interpretativas. In: ROCHA, Helenice Aparecida Bastos; REZNIK, Luís; MAGALHÃES, Marcelo de Souza. **A história na escola: autores, livros e leituras**. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Filosofia da Educação**. São Paulo: Cortez, 1994. (Coleção Magistério 2º grau. Série Formação do Professor).

MAGALHÃES, Justino. **O manual escolar no quadro da história cultural: para a historiografia do manual escolar em Portugal**, 2011. Disponível em:

<<http://hom.unne.edu.ar/investigacion/educa/alfa/UniversidadeLisboa.pdf>>. Acesso em: 21 abr. 2014.

MARÇAL, Juliana Corrêa; SOUSA, José Vieira de; MACHADO, Maria Aglaê de Medeiros. **Pró-gestão**: Como promover a construção coletiva do projeto pedagógico da escola? Módulo III, Brasília: Consed – Conselho Nacional de Secretários de Educação, 2001.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. (Org). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

_____. **O desafio do conhecimento**: Pesquisa qualitativa em saúde. 7. ed. São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: Abrasco, 2000.

MIRANDA, Sônia Regina; LUCA, Tânia Regina. O livro de História hoje: um panorama a partir do PNL D. In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 24, n. 48, 2004.

MONTEIRO, Ana Maria. Professor e livros didáticos: narrativas e leituras no ensino de história. In: ROCHA, Helenice Aparecida Bastos, REZNIK, Luís MAGALHÃES. Marcelo de Souza. **A história na escola**: autores, livros e leituras. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009, pp. 150- 173.

MUNAKATA, Kazumi. **Produzindo livros didáticos e paradidáticos**. PUC-SP. (Tese de Doutorado em História e Filosofia da Educação) Faculdade Educação, PUC-SP, 1997.

NOSELLA, Maria de Lourdes Chagas Deiró. **As belas mentiras**: a ideologia subjacente aos textos didáticos. 12. ed. São Paulo: Moraes, 1979.

ODONNE, Nanci; ROSA, Flávia Goullart Motta Garcia. **Políticas públicas para o livro didático, leitura e biblioteca**. Brasília: Ci. Infi., 2006.

OLIVEIRA, João Batista Araújo; GUIMARÃES, Sônia Dantas Pinto; BOMÉNY, Helena Maria Bousquet. **A política do livro didático**. São Paulo: Summus, 1984.

ORTEGA, Any Marise; PELOGGIA, Alex Ubiratan; SANTOS, Fábio Cardoso dos. **A Literatura no caminho da História e da Geografia**: Práticas integradas com a Língua Portuguesa. São Paulo: Cortez, 2009.

PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla. **Por uma história prazerosa e consequente**. Disponível em: <<http://www.paginadowill.com/fichamento-o-que-e-como-ensinar-por-uma.html>>. Acesso em: 02 ago. 2014.

ROJO, Roxane. **Materiais didáticos escolhas e usos**: Boletim. 14 ago. 2005. Série TV Brasil.

SATO, M. **Educação para o ambiente amazônico**. Tese. (Doutorado em Ecologia e Recursos Naturais), Universidade Federal de São Carlos, São Carlos – SP, 1997.

SILVA, Rafael Moreira. **Textos didáticos**: crítica e expectativa. Campinas, SP: Alínea, 2000.

SOARES, Magda. **Letramento: um tema em três gêneros**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

VESENTINI, José William. **Geografia e ensino: Textos críticos**. 5. ed. Campinas: Papirus, 2001.

ZÓBOLI, Graziella Bernardi. **Práticas de ensino: Subsídios para a atividade docente**. 10. ed. São Paulo, Ática. 1999.

APÊNDICES



ROTEIRO PARA ENTREVISTA COM OS PROFESSORES

ASPECTO SÓCIODEMOGRÁFICO:

Sexo: () Masculino () Feminino

Estado civil: () Solteiro(a) () Casado(a) () Viúvo (a) () Outro

Formação Acadêmica:

() Nível superior () Curso de Pós-graduação () Mestrado () Outros

Tempo de Formação: _____

Tempo de atuação profissional: _____

Turmas: _____

Idade: _____

Livro didático utilizado na Escola: _____

Você participou da escolha desse livro? Se sim, quais os critérios utilizados?

Fale um pouco sobre a sua formação enquanto docente. Ela correspondeu às expectativas da prática escolar?

Sobre a sua trajetória enquanto professor(a) de História, como descreveria as experiências vivenciadas até hoje?

Se pudesse descrever a sua escolha teórico-metodológica enquanto professor de História, qual seria ela?

De que forma você planeja os conteúdos de História para lecionar em sala de aula? Utilizam outros recursos didáticos quais?

Quais os recursos didáticos que a escola disponibiliza para o ensino de História em sala de aula?

Quanto ao livro didático, como ele é utilizado nas aulas de História? Qual é o seu papel nessa utilização?

Em sua opinião o que falta nos livros didáticos de História?

No processo de ensino-aprendizagem, qual lugar você atribui ao livro didático?

Qual análise você faz a respeito da utilização do livro pelos alunos?

Você acredita que o livro didático pode mudar a sua prática enquanto professor(a)?



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

O Senhor Francisco Eduardo de Freitas está sendo convidado como voluntário a participar da pesquisa: **O Livro Didático de História no Ensino Fundamental: Perspectivas e Percepções Construídas Pelos Professores de História – Cajazeiras – PB.**

Nesta pesquisa pretendemos **Analisar como os professores do ensino fundamental percebem, tratam, usam os livros didáticos em seus planejamentos e aulas.** O motivo que nos leva a estudar é que atualmente o livro didático ainda é tema recorrente nas pesquisas e nas conversas entre professores e outros especialistas da área de educação.

Para esta pesquisa adotaremos os seguintes procedimentos: optamos pelo método da pesquisa qualitativa orientada sob a forma de entrevistas semiestruturadas e observação participantes. Todas as informações obtidas por meio das entrevistas com os professores terão caráter sigiloso, serão utilizadas apenas para fins da pesquisa, sendo que a participação dos mesmos foi de caráter voluntário, não oferecendo qualquer risco de constrangimentos aos mesmos.

Para participar deste estudo o Senhor não terá nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira. Terá o esclarecimento sobre o estudo em qualquer aspecto que desejar e estará livre para participar ou recusar-se a participar. Poderá retirar seu consentimento ou interromper a participação a qualquer momento. A sua participação é voluntária e a recusa em participar não acarretará qualquer penalidade ou modificação na forma em que é atendido pelo pesquisador, que tratará a sua identidade com padrões profissionais de sigilo. Os resultados da pesquisa estarão à sua disposição quando finalizada. Seu nome ou o material que indique sua participação não será liberado sem a sua permissão. O Senhor não será identificado em nenhuma publicação que possa resultar.

Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias, sendo que uma cópia será arquivada pelo pesquisador responsável, e a outra será fornecida ao senhor. Os dados e instrumentos utilizados na pesquisa ficarão arquivados com o pesquisador responsável por um período de 5 (cinco) anos, e após esse tempo serão destruídos. Os pesquisadores tratarão a sua identidade com padrões profissionais de sigilo, atendendo a legislação brasileira utilizando as informações somente para os fins acadêmicos e científicos.

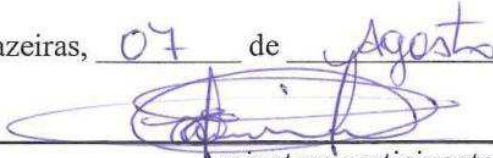
Eu, Leonardo Eduardo de Freitas, portador do documento de Identidade 2845563 fui informado (a) dos objetivos da pesquisa **O Livro Didático de História no Ensino Fundamental: Perspectivas e Percepções Construídas Pelos Professores de História – Cajazeiras -PB.**

De maneira clara e detalhada e esclareci minhas dúvidas. Sei que a qualquer momento poderei solicitar novas informações e modificar minha decisão de participar se assim o desejar.

Declaro que concordo em participar. Recebi uma cópia deste termo de consentimento livre e esclarecido e me foi dada à oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

Cajazeiras, 07 de Agosto de 2014.

Nome
Data


Assinatura participante

Nome
Data

Carla Gláucia Pereira de Freitas
Assinatura pesquisador

Nome
Data

Ednaldo da Silva
Assinatura testemunha



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

O Senhor José Erivaldo Vieira está sendo convidado como voluntário a participar da pesquisa: **O Livro Didático de História no Ensino Fundamental: Perspectivas e Percepções Construídas Pelos Professores de História – Cajazeiras – PB**. Nesta pesquisa pretendemos **Analisar como os professores do ensino fundamental percebem, tratam, usam os livros didáticos em seus planejamentos e aulas**. O motivo que nos leva a estudar é que atualmente o livro didático ainda é tema recorrente nas pesquisas e nas conversas entre professores e outros especialistas da área de educação.

Para esta pesquisa adotaremos os seguintes procedimentos: Optamos pelo método da Pesquisa Qualitativa orientada sob a forma de entrevistas semiestruturadas. Todas as informações obtidas por meio das entrevistas com os professores terão caráter sigiloso, serão utilizadas apenas para fins da pesquisa, sendo que a participação dos mesmos foi de caráter voluntário, não oferecendo qualquer risco de constrangimentos aos mesmos.

Para participar deste estudo o Senhor não terá nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira. Terá o esclarecimento sobre o estudo em qualquer aspecto que desejar e estará livre para participar ou recusar-se a participar. Poderá retirar seu consentimento ou interromper a participação a qualquer momento. A sua participação é voluntária e a recusa em participar não acarretará qualquer penalidade ou modificação na forma em que é atendido pelo pesquisador, que tratará a sua identidade com padrões profissionais de sigilo. Os resultados da pesquisa estarão à sua disposição quando finalizada. Seu nome ou o material que indique sua participação não será liberado sem a sua permissão. O Senhor não será identificado em nenhuma publicação que possa resultar.

Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias, sendo que uma cópia será arquivada pelo pesquisador responsável, e a outra será fornecida ao senhor. Os dados e instrumentos utilizados na pesquisa ficarão arquivados com o pesquisador responsável por um período de 5 (cinco) anos, e após esse tempo serão destruídos. Os pesquisadores tratarão a sua identidade com padrões profissionais de sigilo, atendendo a legislação brasileira utilizando as informações somente para os fins acadêmicos e científicos.

Eu, JOSÉ ERIVALDO VIEIRA, portador do documento de Identidade 355.004 SSP PB fui informado (a) dos objetivos da pesquisa **O Livro Didático de História no Ensino Fundamental: Perspectivas e Percepções Construídas Pelos Professores de História – Cajazeiras -PB.**

De maneira clara e detalhada e esclareci minhas dúvidas. Sei que a qualquer momento poderei solicitar novas informações e modificar minha decisão de participar se assim o desejar.

Declaro que concordo em participar. Recebi uma cópia deste termo de consentimento livre e esclarecido e me foi dada à oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

Cajazeiras, 04 de agosto de 2014.

José Erivaldo Vieira
 Nome Assinatura participante
 Data

Carla Jeanni Pereira de Freitas
 Nome Assinatura pesquisador
 Data 07 de agosto de 2014

Eduardo da Silva
 Nome Assinatura testemunha
 Data



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

A Senhora Josefa Lima de Moraes está sendo convidada como voluntária participar da pesquisa: **O Livro Didático de História no Ensino Fundamental: Perspectivas e Percepções Construídas Pelos Professores de História – Cajazeiras -PB.** Nesta pesquisa pretendemos **Analisar como os professores do ensino fundamental percebem, tratam, usam os livros didáticos em seus planejamentos e aulas.** O motivo que nos leva a estudar é que atualmente o livro didático ainda é tema recorrente nas pesquisas e nas conversas entre professores e outros especialistas da área de educação.

Para esta pesquisa adotaremos os seguintes procedimentos: Optamos pelo método da Pesquisa Qualitativa orientada sob a forma de entrevistas semiestruturadas. Todas as informações obtidas por meio das entrevistas com os professores terão caráter sigiloso, serão utilizadas apenas para fins da pesquisa, sendo que a participação dos mesmos foi de caráter voluntário, não oferecendo qualquer risco de constrangimentos aos mesmos.

Para participar deste estudo a Senhora não terá nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira. Terá o esclarecimento sobre o estudo em qualquer aspecto que desejar e estará livre para participar ou recusar-se a participar. Poderá retirar seu consentimento ou interromper a participação a qualquer momento. A sua participação é voluntária e a recusa em participar não acarretará qualquer penalidade ou modificação na forma em que é atendido pelo pesquisador, que tratará a sua identidade com padrões profissionais de sigilo. Os resultados da pesquisa estarão à sua disposição quando finalizada. Seu nome ou o material que indique sua participação não será liberado sem a sua permissão. A Senhora não será identificado em nenhuma publicação que possa resultar.

Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias, sendo que uma cópia será arquivada pelo pesquisador responsável, e a outra será fornecida ao senhor. Os dados e instrumentos utilizados na pesquisa ficarão arquivados com o pesquisador responsável por um período de 5 (cinco) anos, e após esse tempo serão destruídos. Os pesquisadores tratarão a sua identidade com padrões profissionais de sigilo, atendendo a legislação brasileira utilizando as informações somente para os fins acadêmicos e científicos.

Eu, Josefa Leima de Moraes, portador do documento de Identidade 929.780 fui informado (a) dos objetivos da pesquisa **O Livro Didático de História no Ensino Fundamental: Perspectivas e Percepções Construídas Pelos Professores de História – Cajazeiras -PB.**

De maneira clara e detalhada e esclareci minhas dúvidas. Sei que a qualquer momento poderei solicitar novas informações e modificar minha decisão de participar se assim o desejar.

Declaro que concordo em participar. Recebi uma cópia deste termo de consentimento livre e esclarecido e me foi dada à oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

Cajazeiras, 08 de agosto de 2014.

Josefa Leima de Moraes.
 Nome Assinatura participante
 Data

Carla Geamí Pereira de Freitas
 Nome Assinatura pesquisador
 Data 08 de agosto de 2014

Maria Auxiliadora de Freitas
 Nome Assinatura testemunha
 Data Cajazeiras, 08/08/2014



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

O Senhor Roberto de Farias está sendo convidado como voluntário a participar da pesquisa: **O Livro Didático de História no Ensino Fundamental: Perspectivas e Percepções Construídas Pelos Professores de História – Cajazeiras – PB**. Nesta pesquisa pretendemos **Analisar como os professores do ensino fundamental percebem, tratam, usam os livros didáticos em seus planejamentos e aulas**. O motivo que nos leva a estudar é que atualmente o livro didático ainda é tema recorrente nas pesquisas e nas conversas entre professores e outros especialistas da área de educação.

Para esta pesquisa adotaremos os seguintes procedimentos: Optamos pelo método da Pesquisa Qualitativa orientada sob a forma de entrevistas semiestruturadas. Todas as informações obtidas por meio das entrevistas com os professores terão caráter sigiloso, serão utilizadas apenas para fins da pesquisa, sendo que a participação dos mesmos foi de caráter voluntário, não oferecendo qualquer risco de constrangimentos aos mesmos.

Para participar deste estudo o Senhor não terá nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira. Terá o esclarecimento sobre o estudo em qualquer aspecto que desejar e estará livre para participar ou recusar-se a participar. Poderá retirar seu consentimento ou interromper a participação a qualquer momento. A sua participação é voluntária e a recusa em participar não acarretará qualquer penalidade ou modificação na forma em que é atendido pelo pesquisador, que tratará a sua identidade com padrões profissionais de sigilo. Os resultados da pesquisa estarão à sua disposição quando finalizada. Seu nome ou o material que indique sua participação não será liberado sem a sua permissão. O Senhor não será identificado em nenhuma publicação que possa resultar.

Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias, sendo que uma cópia será arquivada pelo pesquisador responsável, e a outra será fornecida ao senhor. Os dados e instrumentos utilizados na pesquisa ficarão arquivados com o pesquisador responsável por um período de 5 (cinco) anos, e após esse tempo serão destruídos. Os pesquisadores tratarão a sua identidade com padrões profissionais de sigilo, atendendo a legislação brasileira utilizando as informações somente para os fins acadêmicos e científicos.

Eu, ROBERTO SOARES DE FARIAS, portador do documento de Identidade 570.944 - PB. fui informado (a) dos objetivos da pesquisa **O Livro Didático de História no Ensino Fundamental: Perspectivas e Percepções Construídas Pelos Professores de História – Cajazeiras -PB.**

De maneira clara e detalhada e esclareci minhas dúvidas. Sei que a qualquer momento poderei solicitar novas informações e modificar minha decisão de participar se assim o desejar.

Declaro que concordo em participar. Recebi uma cópia deste termo de consentimento livre e esclarecido e me foi dada à oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

Cajazeiras, 07 de AGOSTO de 2014.



Nome
Data

Assinatura participante

Carla Jéssy Pereira de Freitas
Nome
Data 07 de agosto 2014

Assinatura pesquisador

Maria das Graças Oliveira
Nome
Data 07 de Agosto 2014

Assinatura testemunha